

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

OBJETO: Constitui objeto deste edital a prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva.

MODALIDADE / FORMA: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global

MODO DE DISPUTA: ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme Decreto Municipal nº 18.289/2023 e dinâmica do Portal de Compras do Governo Federal, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: Será aberta na internet às 09:30 Horas do dia 14/07/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

PRAZO DA DISPUTA: A etapa inicial de recebimento dos lances durará 10 (dez) minutos; após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, conforme subitem 10.9 do edital.

SITES PARA CONSULTAS: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes>

UASG: 451444

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: Pelo correio eletrônico licitacoes.belotur@pbh.gov.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília/ DF.

ATENÇÃO: ESTE PREGÃO ELETRÔNICO SERÁ REALIZADO POR MEIO DO PORTAL COMPRAS.GOV.BR NO ENDEREÇO: www.gov.br/compras

1. DO PREÂMBULO

1.1 A Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR – torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, em conformidade com seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, disponível no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes>, nos termos das Leis Federais nº 14.133/2021 e 13.303/2016, Lei Municipal nº 10.936/2016, dos Decretos Municipais nº 18.289/2023 e 18.096/2022, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 13.709/2018 e 12.846/2013, por meio deste Edital e demais normas legais atinentes à espécie.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste edital A prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha.

2.1.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação aplicável, normas da Autoridade Marítima Brasileira, diretrizes dos órgãos de patrimônio cultural, normas ambientais e requisitos operacionais definidos pela Belotur.

2.1.2 A contratação será estruturada como prestação de serviços contínuos, cabendo à contratada a execução das atividades necessárias ao funcionamento regular da operação turística, incluindo a disponibilização de equipe, sistemas, equipamentos e infraestrutura de apoio indispensáveis à adequada prestação do serviço, conforme diretrizes, parâmetros e supervisão da contratante.

2.1.3 Integram o objeto, como atividades instrumentais e acessórias à prestação do serviço principal:

- a) Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação.
- b) Receptivo com operação no Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy (CAT Veveco).
- c) Atendimento com Guia de Turismo.
- d) Instalação, operação, manutenção e retirada de pier para embarque e desembarque.
- e) Implantação, operação e manutenção de sistema de bilhetagem e controle de acesso.
- f) Monitoramento operacional e elaboração de relatórios de desempenho.

2.2 Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação

2.2.1 A contratada deverá operar passeios de turismo náutico regulares de quinta-feira a domingo, incluindo feriados, em horários definidos pela Belotur. Cada passeio terá duração mínima de 60 minutos.

2.2.2 Nos casos de cancelamento ou não realização de passeio regular sem justificativa aprovada pela Belotur, a remarcação deverá ser alocada no cronograma mais rápido possível, sujeito às penalidades previstas.

2.2.3 A navegação ocorrerá em trajeto definido pela Belotur e previamente autorizado pelos órgãos competentes. O trajeto compreenderá a contemplação de todos os monumentos do Conjunto Moderno da Pampulha e sua Paisagem Cultural, dentro da Core Zone do sítio reconhecido pela UNESCO. O embarque e desembarque serão realizados no CAT Veveco. O trajeto detalhado consta em anexo.

- 2.2.4** A área é tombada pelo IPHAN, IEPHA-MG e PBH, e é Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Qualquer atividade que implique intervenção física permanente, sonorização e iluminação dependerá de autorização prévia dos órgãos de patrimônio competentes.
- 2.2.5** A tripulação deve estar habilitada conforme normas da Autoridade Marítima e possuir Cartão de Tripulação de Segurança (CTS). A documentação deve ser mantida atualizada durante toda a vigência contratual. Toda tripulação deverá participar de encontros de capacitação interna com a Belotur em datas a serem agendadas.
- 2.2.6** A embarcação deverá ser do tipo catamarã, trimarã ou fundo chato com características similares, com vistoria aprovada e todas as licenças necessárias para operação. Capacidade mínima de 50 e máxima de 80 passageiros sentados e calado máximo de 1,0 metro, conforme batimetria da Lagoa da Pampulha. Assentos fixos nas dimensões previstas na NORMAM-202/DPC. A embarcação deverá ser dotada de, no mínimo, 02 (dois) banheiros, sendo que pelo menos 01 (um) deles deverá ser totalmente acessível, atendendo aos padrões de acessibilidade vigentes e em perfeitas condições de uso durante todo o horário de funcionamento. Disponibilidade de água potável a bordo individualizada para passageiros. Sistema de som (microfone, alto-falante, caixa de som e televisor) em todos os ambientes. Sistema de comunicação com a equipe de terra. Equipamentos de salvatagem homologados conforme NORMAM. Cobertura que assegure visibilidade dos passageiros para contemplação da paisagem.
- 2.2.7** Velocidade compatível com segurança dos passageiros e tempo do percurso, observadas as restrições de ondulação e impacto sobre as margens. Propulsão por motores a gasolina marítimo de 4 tempos, com autonomia mínima de 10 horas de operação e baixos índices de emissão sonora e de poluentes.
- 2.2.8** A embarcação deve dispor de GPS, EPIs e EPCs para tripulantes e passageiros, material de limpeza e higiene biodegradável, equipamentos e peças para manutenção preventiva e corretiva.
- 2.2.9** Durante períodos sem operação e em ações de limpeza, manutenção e abastecimento, a embarcação deve ficar atracada em píer de apoio em local aprovado pela SMPU e pelos órgãos de proteção do patrimônio. Para operações complexas de manutenção, a contratada poderá solicitar acesso ao ponto de apoio da PBH localizado no Parque Ecológico. A contratada deverá tomar os cuidados necessários para não romper a cortina de sedimentos.
- 2.2.10** A embarcação deve ser plotada com a arte e logotipo produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, conforme padrões e modelos enviados e autorizados pela Belotur. O envelopamento deverá seguir o projeto de layout e identidade visual previamente aprovado. A contratada deve respeitar integralmente as proporções, posicionamentos e cores. Desvios não autorizados por escrito serão considerados não conformidades, devendo a contratada realizar correções sem ônus adicional para a contratante. A contratada deve conferir e validar, junto à Belotur, o posicionamento correto dos elementos gráficos antes da aplicação definitiva. A plotagem deverá valorizar e destacar a marca da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme diretrizes de comunicação visual vigentes.
- 2.2.11** A Belotur poderá solicitar à contratada a reserva de parte dos passeios para atendimentos institucionais, corporativos, sociais e educativos embarcados, inclusive em dias e horários diferentes dos pré-estabelecidos. Outras possibilidades operacionais a serem avaliadas ao longo do contrato incluem: operação noturna e em horários diferenciados; desembarque de passageiros em pontos distintos da orla; oferta de experiências gastronômicas a bordo; eventos corporativos ou sociais embarcados; atividades turísticas educativas e institucionais; passeios temáticos com programação cultural e de entretenimento a bordo.

2.2.12 A realização de eventos temáticos, oferta de produtos ou serviços acessórios será admitida apenas de forma complementar ao objeto principal, mediante prévia autorização da Belotur, observadas as diretrizes institucionais, o interesse público e a legislação aplicável.

2.3 Receptivo com operação no CAT Veveco

2.3.1 O CAT Veveco, gerido pela Belotur, é o local qualificado para embarque e desembarque de passageiros na Pampulha, em conformidade com as normas dos órgãos de patrimônio e meio ambiente. O espaço é disponibilizado à contratada para suporte operacional e qualificação da experiência turística.

2.3.2 A contratada gerenciará todas as atividades do receptivo necessárias à operação náutica no CAT Veveco. Os serviços deverão funcionar regularmente de quinta a domingo, inclusive feriados, e em horários estendidos em casos de passeios remarcados, saídas especiais ou demandas operacionais de limpeza e manutenção, conforme horário previamente autorizado pela Belotur. A contratada deve manter endereço de e-mail e número de telefone para comunicação com a Belotur.

2.3.3 A contratada deverá disponibilizar equipe adequada, nos dias de operação dos passeios náuticos, no CAT Veveco para atendimento prioritário ao turista e ao morador. A equipe deve estar uniformizada, com crachá de identificação visível, e deve ter treinamento específico em atendimento ao público.

2.3.4 Atribuições da equipe de receptivo:

- Recepcionar e repassar informações sobre os passeios.
- Orientar o público sobre as regras de funcionamento.
- Vender, apoiar a retirada e a validação de ingressos.
- Organizar e coordenar as listas de passageiros e as respectivas filas de atendimento.
- Gerir lista de espera e substituições por desistência.
- Conferir documentação para meia-entrada, descontos e gratuidades.
- Recepcionar pessoas com deficiência (PCD) e idosos.
- Recepcionar grupos escolares e institucionais, quando aplicável.
- Controlar o embarque e desembarque.
- Conduzir passageiros à embarcação.
- Orientar passageiros quanto ao preenchimento de pesquisas de satisfação.
- Orientar passageiros em caso de cancelamento por instabilidade climática que represente risco à segurança.

2.3.5 A contratada poderá promover adequações físicas nos espaços existentes, mediante autorização prévia da Belotur, conforme Plano de Operação e Memorial Descritivo, autorização prévia dos órgãos competentes, observância das normas patrimoniais/urbanísticas e responsabilidade integral da contratada pelas licenças.

2.3.6 A marca nominativa "Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy – VEVECO" deverá ser preservada na identidade visual dos espaços, equipamentos e em toda veiculação publicitária. Não é permitida a associação da marca da contratada nos espaços e na prestação dos serviços.

2.3.7 Descrição do espaço físico do CAT Veveco: imóvel situado na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 855, bairro São Luís, Pampulha, Belo Horizonte/MG. O espaço, conforme anexo, dispõe de recepção com bancada, cozinha e dois banheiros individuais acessíveis. Área externa com acesso para veículos, com permissão de embarque e desembarque de passageiros. Inclui deck de madeira com vista para a Lagoa (mirante). Não possui píer para embarque e desembarque nem área de ancoradouro para limpeza e manutenção da embarcação. A implantação dessas

estruturas é de responsabilidade da contratada.

2.4 Atendimento com Guia de Turismo

2.4.1 A contratada deverá disponibilizar, durante toda a vigência contratual e em todos os passeios de turismo náutico, Guia(s) de Turismo credenciado(s), habilitado(s) e com registro ativo no CADASTUR, na categoria Guia de Turismo Regional em Minas Gerais, conforme legislação aplicável e normas do Ministério do Turismo.

2.4.2 O profissional designado deverá ter capacidade de comunicação, postura compatível com atividades de receptivo turístico, apresentação pessoal adequada e aptidão para atendimento ao público diverso (moradores, turistas nacionais, visitantes estrangeiros, crianças e idosos). Sempre que demandado pela contratante, deverá ser disponibilizado atendimento bilíngue (Português/Inglês ou Português/Espanhol). O guia deverá portar, em local visível, a credencial oficial durante toda a execução do serviço.

2.4.3 Compete ao Guia de Turismo:

- Recepcionar os passageiros previamente ao embarque.
- Prestar orientações iniciais de segurança.
- Acompanhar integralmente o percurso a bordo.
- Conduzir o guiamento, apresentando o conteúdo interpretativo de forma organizada, cordial e segura, em alinhamento operacional com a tripulação e com a fiscalização contratual.
- Incentivar os passageiros a responder à pesquisa de satisfação.

2.4.4 O conteúdo interpretativo deverá contemplar informações históricas, culturais, arquitetônicas, ambientais e turísticas sobre a Pampulha, com destaque para o Conjunto Moderno da Pampulha, seu reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, e contextualização dos principais atrativos turísticos de Belo Horizonte.

2.4.5 O guiamento deverá estimular práticas de educação patrimonial e ambiental, enfatizando a preservação da Lagoa da Pampulha e de seu conjunto paisagístico e arquitetônico, e promovendo a conscientização do público quanto à proteção desse bem cultural e ambiental. O atendimento deve abranger assuntos correlatos ao monitoramento ambiental da Lagoa, enaltecendo aspectos e espécies indicadoras de qualidade ambiental.

2.4.6 Os profissionais indicados deverão participar, sempre que solicitado, de treinamentos, reuniões de alinhamento e capacitações promovidas ou validadas pela contratante, para padronização do discurso institucional, atualização de informações turísticas e aperfeiçoamento do atendimento.

2.5 Pier para embarque e desembarque

2.5.1 A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela implantação, operação, manutenção e retirada da estrutura destinada ao embarque e desembarque de passageiros e tripulação. A estrutura deverá estar instalada e legalizada no CAT Veveco, previamente ao início da operação.

2.5.2 A contratada deverá providenciar a elaboração de projeto técnico específico para a estrutura, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido por profissional legalmente habilitado. O projeto e sua execução deverão observar integralmente a legislação urbanística, ambiental e patrimonial aplicável, incluindo a responsabilidade integral da contratada pelas licenças, autorizações e aprovações junto aos órgãos competentes. A estrutura deve atender às condições de segurança, acessibilidade, estabilidade e funcionalidade exigidas para uso em atividades turísticas em águas interiores.

2.5.3 A estrutura deverá ser totalmente acessível, podendo ser do tipo flutuante ou fixo, desde que

proporcione acessibilidade, estabilidade e segurança aos passageiros. A composição preferencial é madeira, blocos intertravados em polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente, com resistência comprovada a impactos, variações climáticas, exposição prolongada ao sol e contato contínuo com água doce. Superfície antiderrapante. Largura mínima de 2,5 metros. Comprimento ajustável conforme necessidades operacionais. Capacidade de carga compatível com a utilização prevista, com referência mínima de 300 kg/m², assegurando estabilidade durante embarque, desembarque e permanência de usuários.

- 2.5.4** O sistema de fixação e ancoragem deverá ser dimensionado conforme características da Lagoa da Pampulha, contemplando conexões entre terra, píer e embarcação, dispositivos de amarração, defensas e, quando necessário, corrimãos e dispositivos de proteção. Bordas arredondadas para reduzir risco de acidentes e facilitar aproximação das embarcações.
- 2.5.5** Compete à contratada a execução de todas as etapas relacionadas à estrutura, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada ao término do contrato. Deverá assegurar a realização de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual. A operação deverá contar com equipe técnica qualificada para acompanhamento da instalação, monitoramento contínuo e realização de reparos. Todos os custos associados à implantação e operação do pier deverão estar incluídos na proposta.
- 2.5.6** As datas, horários e locais específicos para montagem e desmontagem serão definidos posteriormente pela contratante.

2.6 Sistema de bilhetagem e controle de acesso

- 2.6.1** A contratada deverá implantar, operar e manter sistema digital integrado de bilhetagem para comercialização, controle e gestão de ingressos dos passeios. O sistema deve contemplar vendas em ambiente online e presencial, com funcionamento contínuo e disponibilidade mínima de 24 horas por dia e sete dias por semana.
- 2.6.2** O sistema deverá permitir a comercialização de ingressos por meio de plataforma digital acessível via internet (dispositivos móveis e eletrônicos) e por pontos físicos de venda a serem definidos pela contratante. Deverá suportar múltiplos meios de pagamento eletrônico, incluindo cartão de crédito, cartão de débito, Pix e outros que venham a ser incorporados. Deve garantir segurança nas transações e conformidade com as normas do sistema financeiro nacional.
- 2.6.3** A solução deverá contemplar mecanismos de validação eletrônica de ingressos no embarque, por meio de leitura digital, assegurando controle preciso de acesso, prevenção de fraudes e rastreabilidade das operações. O sistema deverá permitir o gerenciamento de capacidade por viagem, com bloqueio automático de vendas ao atingir o limite definido, e a administração de listas de espera, com possibilidade de liberação dinâmica de vagas em caso de desistências ou não comparecimento.
- 2.6.4** Deverá ser assegurada a rastreabilidade integral das transações, desde a disponibilização do ingresso até sua utilização. O registro deve incluir data, horário, canal de venda, forma de pagamento, identificação do usuário e validação no embarque. Todas as informações deverão ser armazenadas em ambiente seguro, com mecanismos de backup e recuperação de dados, garantindo integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações. A contratada deverá assegurar conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Municipal nº 13.709/2018), incluindo definição de responsabilidades pelo tratamento de dados, proteção contra acessos indevidos e armazenamento seguro das informações.
- 2.6.5** O sistema deverá disponibilizar painéis de acompanhamento e relatórios gerenciais e financeiros

em tempo real, com capacidade de extração de dados em formatos abertos e editáveis. Os relatórios deverão permitir a análise de desempenho da operação, incluindo volume de vendas, taxa de ocupação, receita gerada, perfil de demanda, canais de comercialização e indicadores operacionais relevantes.

- 2.6.6** A contratada deverá assegurar a segurança da informação em todas as camadas do sistema, adotando protocolos de proteção contra acessos não autorizados, vazamento de dados, fraudes e indisponibilidade. Deverá implementar controle de acessos por níveis de permissão, autenticação segura de usuários e registro de logs de operação. A responsabilidade pela integridade e proteção dos dados será integralmente da contratada, inclusive quanto ao uso indevido de credenciais vinculadas à Belotur ou à Prefeitura de Belo Horizonte.
- 2.6.7** O sistema deverá permitir a parametrização de regras operacionais pela contratante, incluindo definição de preços, descontos, gratuidades, cortesias, políticas de cancelamento e remarcação, além da configuração de horários, rotas e capacidade das embarcações.
- 2.6.8** A contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, com atendimento para resolução de falhas, instabilidades e dúvidas operacionais. Deverá realizar manutenção evolutiva e corretiva do sistema, assegurando sua atualização tecnológica e aderência às necessidades da operação.
- 2.6.9** Compete ainda à contratada a disponibilização de equipamentos e infraestrutura necessários à operação presencial da bilhetagem e validação de ingressos, incluindo dispositivos de leitura, acesso à internet e demais recursos tecnológicos.
- 2.6.10** Todos os custos relacionados à implantação, operação, manutenção, suporte, infraestrutura tecnológica e meios de pagamento deverão estar incluídos na proposta.

2.7 Monitoramento operacional e relatórios de desempenho

- 2.7.1** A contratada deverá implantar e manter rotina estruturada de registro, consolidação e análise de dados operacionais, comerciais e institucionais relacionados à execução dos serviços. Deve assegurar a produção contínua de informações para acompanhamento, fiscalização e tomada de decisão pela Belotur. O modelo de gestão adotado, incluindo sistemas, fluxos operacionais, instrumentos de coleta e questionários, deverá ser apresentado para análise e aprovação da Belotur por meio do Observatório do Turismo e da fiscalização do contrato.
- 2.7.2** O registro dos dados deverá ocorrer de forma sistemática e padronizada ao longo de toda a operação, contemplando informações sobre execução dos passeios, atividades complementares, desempenho da bilhetagem, perfil do público atendido e demais variáveis relevantes. Os dados deverão ser coletados por meio de sistemas digitais, com garantia de integridade, consistência e rastreabilidade.
- 2.7.3** A contratada deverá elaborar e apresentar relatórios mensais de atividades, contendo descrição detalhada da operação no período, acompanhada de documentação comprobatória. Os relatórios deverão incluir, no mínimo:
- Registro fotográfico representativo das atividades realizadas com e sem presença de público, com identificação de data e local.
 - Consolidação de indicadores de desempenho operacional, comercial e de atendimento.
 - Detalhamento das ações executadas, incluindo eventos, operações especiais e intercorrências.
 - Resultados obtidos, com análise comparativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável.
 - Discriminação da receita por tipo de serviço, incluindo passeios regulares e temáticos conforme demanda institucional.

- Taxa de ocupação das embarcações por viagem e no consolidado mensal.
 - Registro individual de cada viagem, incluindo número de viagens realizadas, ocupação por tipo de bilhete/ingresso, cancelamentos e reagendamentos com justificativas.
 - Caracterização do público atendido (origem, faixa etária, renda, gênero, motivação, forma de aquisição do ingresso).
 - Demonstrativo dos custos operacionais.
 - Resultados de pesquisas de satisfação dos usuários, com metodologia, amostra e análise dos dados coletados.
 - Levantamento de inserções em mídia espontânea decorrentes dos passeios, com indicação das fontes, datas e conteúdo veiculado, acompanhado de clipagem e mensuração econômica da mídia espontânea em canais tradicionais e redes sociais.
 - Registro das tratativas realizadas com os órgãos de proteção do patrimônio (IPHAN, IEPHA-MG, Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte), com indicação de processos, licenças obtidas, condicionantes e eventuais restrições.
 - Monitoramento de indicadores de demanda, ocupação, perfil de público, sazonalidade e aceitação do valor, com elaboração de relatório conclusivo ao final do contrato.
 - Análise crítica da operação no período, com identificação de problemas, riscos e oportunidades de melhoria.
 - Recomendações técnicas para a continuidade e aperfeiçoamento do serviço.
- 2.7.4** Os relatórios deverão apresentar indicadores de desempenho definidos em conjunto com a contratante. Os indicadores mínimos são: taxa de ocupação, volume de vendas, receita gerada, índice de satisfação do usuário, pontualidade das operações, número de ocorrências e tempo de resposta a demandas operacionais.
- 2.7.5** Além dos relatórios mensais, a contratada deverá manter base de dados atualizada e acessível à Belotur, possibilitando consulta a informações em tempo real ou sob demanda.
- 2.7.6** Todos os produtos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável e em PDF, observando padrão visual e identidade institucional definidos pela Belotur.
- 2.7.7** Os dados gerados pela operação são de titularidade da Belotur. A contratada será responsável pela veracidade, consistência e completude dos dados apresentados, devendo manter registros organizados e disponíveis para auditoria ou verificação.
- 2.7.8** A contratada deverá participar de reuniões periódicas de acompanhamento, monitoramento e alinhamento operacional com a Belotur, em formato presencial ou remoto, sempre que convocada pela fiscalização do contrato ou pelo Observatório do Turismo. Durante a fase inicial de implantação da operação, especialmente nas primeiras semanas subsequentes à assinatura do contrato, deverão ser realizadas reuniões semanais de acompanhamento, com o objetivo de monitorar a mobilização, implementação dos serviços, ajustes operacionais e alinhamento institucional. Após o período inicial, a contratada deverá participar, no mínimo, de reuniões mensais de monitoramento, apresentando informações atualizadas sobre a execução contratual, indicadores operacionais, eventuais ocorrências, riscos identificados e medidas corretivas ou de aprimoramento adotadas. As reuniões poderão gerar registros, atas, encaminhamentos e planos de ação, cuja execução deverá ser acompanhada pela contratada.
- 2.8 Segurança, manutenção e conservação**
- 2.8.1** A contratada é responsável pela conservação, limpeza, manutenção e segurança da embarcação e operação náutica, devendo zelar pela navegabilidade e pelo cumprimento das normas ambientais, de acessibilidade e de segurança náutica. É vedada a atracação em locais não

autorizados. A contratada responde integralmente por danos, acidentes ou impactos ambientais decorrentes de uso ou manutenção inadequados.

- 2.8.2** A inspeção diária, realizada nos dias de operação no início de cada turno pela tripulação, deve verificar: tensionamento das correias dos motores; níveis de óleo dos motores, reversores, bomba injetora e reservatórios de combustível; níveis de água nos radiadores; existência de vazamentos; estado geral das baterias; sistema elétrico; funcionamento dos propulsores e leme; sinalizações e iluminações de bordo; existência de trincas em equipamentos, chapas e estruturas. A inspeção diária deverá ser documentada por meio de relatório de inspeção de travessia lacustre, disponível para fiscalização. Qualquer anomalia deve ser comunicada à Belotur.
- 2.8.3** A inspeção semanal abrange equipamentos de segurança: bóias de salvatagem, lanternas, cordas, extintores de incêndio e maletas de primeiros socorros. A limpeza semanal inclui praça de máquinas, chaparias de cobertura, abrigo de passageiros, cabines de comando, inspeção e reaperto dos acoplamentos, inspeção geral do sistema elétrico, limpeza e checagem das baterias.
- 2.8.4** Diariamente, nos dias de operação, a tripulação deve varrer e lavar o convés e os sanitários, manter limpos o abrigo do tanque de combustível e o depósito de componentes, e limpar as cabines de comando e a casa de máquinas.
- 2.8.5** Os profissionais de limpeza e manutenção deverão estar uniformizados com fácil identificação, dispondo de todo o material necessário em quantidade suficiente: papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, sacos de lixo, vassouras, panos de limpeza, desinfetantes, álcool gel 70% para passageiros e lixeira biológica. Cada membro da equipe deve portar os EPIs necessários. Todos os custos referentes à mão de obra e contratação do serviço são de responsabilidade da contratada.
- 2.8.6** A contratada será integralmente responsável pela segurança patrimonial de todos os bens, equipamentos, insumos e materiais utilizados na execução dos serviços, incluindo aqueles alocados no CAT Veveco e em demais pontos de apoio. Compete à contratada contratar profissional de vigia ou segurança e adotar, por sua conta e risco, as medidas necessárias para prevenir perdas, danos, furtos e quaisquer ocorrências. A gestão do CAT Veveco pela Belotur não implica responsabilidade sobre a guarda, vigilância ou integridade de bens vinculados à operação da contratada.

2.9 **Integram-se ao presente instrumento convocatório, independente de transcrição, todos os anexos listados no item 24.17 deste edital.**

2.10 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, parte integrante deste edital, prevalecerão as últimas, em razão do princípio da vinculação ao edital, sendo que o termo de referência complementa as informações do instrumento editalício.

3. **DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

3.1 O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condição de segurança – criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos por empregados da BELOTUR, denominados Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados por Portaria específica, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados e/ou transferidos para o endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária: 2805.1100.23.695.319.2.914.0007.339039.99.1.500.000 reduzido 28050070

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital ou para solicitar esclarecimentos referente a este processo licitatório, devendo encaminhar o pedido em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

5.2 As impugnações ou os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o correio eletrônico: licitacoes.belotur@pbh.gov.br, ou serem entregues diretamente na BELOTUR, à Rua Espírito Santo, 527, Centro, Belo Horizonte – MG, e os documentos enviados devem conter a identificação do postulante e fazer referência a esta licitação.

5.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação formalizados serão respondidas pelo Agente de Contratação, por e-mail, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento.

5.3.1 Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

5.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações poderão também ser acessadas por todos os interessados no Portal da BELOTUR: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes> e no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.4 É de exclusiva responsabilidade dos interessados a obtenção dos documentos publicados nos canais oficiais, bem como o acompanhamento diário das informações ali disponibilizadas.

5.5 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que será motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo licitatório.

5.6 Não serão acolhidos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações apresentadas fora do prazo estabelecido.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

6.1 Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

6.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação constante no processo licitatório.
- b) Cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- c) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte

nos termos do art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

d) Declarados impedidos de licitar ou contratar com o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 156, III, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993 e na forma do art. 156, IV, §5º da Lei nº 14.133/2021;

f) Enquadradas nas vedações previstas nos §§1º e 2º do art. 9º e no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas vedações do art. 42 da lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

g) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

h) Estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

i) Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral, consanguíneos ou por afinidade, até o terceiro grau de servidores da BELOTUR e dos membros das comissões previstas no edital;

j) Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

k) Demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

6.3 A observância das vedações do subitem anterior é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

6.4 O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

7. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES

7.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.1.1 Informações sobre cadastro de fornecedores poderá ser obtido no Sistema de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

7.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

7.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Belotur por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1 O acesso deve ser feito na página inicial do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, opção “Acesso ao Sistema”.

8.2 A participação no pregão se dará por meio de digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e do subsequente encaminhamento da proposta de preços até a data e horário limite estabelecidos para abertura das propostas.

8.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Agente de Contratação.

8.3.1 Fica o licitante responsável por todos os seus atos praticados no ambiente eletrônico na plataforma de licitações do [compras.gov](https://www.gov.br/compras), inclusive eventuais erros no envio/transmissão dos arquivos de proposta e documentação em geral.

8.3.2 Na hipótese de o ambiente eletrônico desconectar para o Agente de Contratação, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3.3 Quando a desconexão do ambiente eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.4 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances

8.6 O licitante deverá adotar como referência para sua proposta, as informações constantes no presente Edital e seus anexos.

8.7 Quando do lançamento da proposta, por meio do sistema eletrônico, o licitante deverá lançar o VALOR OFERTADO PARA O ITEM, com (02) duas casas decimais após a vírgula.

8.7.1 No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

8.7.2 É vedada a identificação do licitante em qualquer campo do sistema eletrônico de licitação, quando do preenchimento da Proposta Inicial de Preços eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

8.8 É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes.

8.9 Até o prazo final para o acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.

9. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇOS

9.1 A Proposta Inicial de Preços, contendo o valor unitário e o valor global, deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.2 No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

9.2.1 Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

9.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

9.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição;

9.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.2.5 Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

9.3 Prestar declaração falsa em licitação é infração grave que pode resultar em sanções administrativas para a empresa e seus responsáveis.

9.4 No preenchimento das informações no sistema eletrônico, quando do cadastro do valor da proposta e de sua descrição, **é vedada a identificação do licitante, previamente à sessão pública de lances.**

9.5 A Proposta Inicial de Preços que descumprir as exigências deste Edital e seus anexos quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação.

9.6 O valor global da Proposta Inicial de Preços não poderá exceder aos valores máximos, dispostos na(s) planilha(s) de estruturas e serviços, anexo IV, sob pena de desclassificação:

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR MÁXIMO |
|--------------|--|-------------------------|
| 01 | Prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva. | R\$ 5.289.054,20 |
| TOTAL | | R\$ 5.289.054,20 |

9.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

- 9.8** O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 9.9** O licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente apresentada no sistema eletrônico até a abertura da sessão pública.
- 9.10** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital, sendo o licitante responsável por todas as transações, assumindo como firmes e verdadeiras suas, as propostas de lances.
- 9.11** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.12** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.13** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 9.14** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 9.15** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
 - c) O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - d) O valor final mínimo parametrizado na forma do item 9.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 9.16** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.17** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10. DOS PROCEDIMENTOS – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e hora indicadas neste edital, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão pública de lances, **podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a declaração do vencedor do certame.**

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

- a) O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- b) Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- c) Nos termos do §1º do art. 19 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, neste certame o intervalo mínimo entre os lances ofertados será de 0,5% (correspondente a meio por cento) para o item.
- d) No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- e) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.7 Na sessão pública de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável, o lance poderá, motivadamente, ser excluído do sistema, a critério exclusivo do Agente de Contratação.

10.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.9 A sessão pública de lances do pregão será no modo de disputa ABERTO.

10.9.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.9.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.9.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a sessão

pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.9.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.9.5 Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.10 Na hipótese de não ocorrência de lances durante a sessão e caso haja igualdade dos valores das propostas apresentadas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.12 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para negociar condições mais vantajosas, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

10.12.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.12.2 A resposta à contraproposta de que trata este subitem deverá ser encaminhada pelo licitante no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, sendo garantido ao licitante o prazo mínimo de 02 (duas) horas.

10.12.3 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

10.12.4 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

10.12.5 O Agente de Contratação, se assim for necessário, poderá suspender a sessão pública para análise da documentação apresentada ou para a realização de diligências.

10.13 Se a proposta ou o lance de MENOR VALOR não for aceitável, o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente Edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta de menor valor.

10.14 Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 Encerrada a sessão pública de lances e a etapa de negociação, o Agente de Contratação solicitará ao arrematante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, conforme ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços - para fins de aceitabilidade, devendo a extensão dos arquivos ser no formato Zipfile (ZIP) ou PDF.

11.2 A Proposta de Preços Ajustada deverá ser encaminhada quando da solicitação do Agente de Contratação, no prazo determinado por ele, sendo assegurado ao licitante o prazo mínimo de 02 (duas) horas, por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e, **deverá vir acompanhada da planilha de estruturas e serviço - Anexo IV e da Declaração de Elaboração Independente de Proposta – Anexo VI deste edital.**

11.2.1 A planilha editável, em formato excel *.xlsx encontra-se disponível no portal da <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes>.

11.3 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) De ofício, a critério do Agente de Contratação, objetivando garantir a melhor proposta e quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

11.4 Para fins de aceitabilidade, a Proposta de Preços Ajustada deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões e assinada pelo representante legal do licitante, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo conter:

- a) Razão Social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa licitante;
- b) Modalidade e número da licitação;
- c3) declaração de que os preços propostos incluem todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros ônus incidentes sobre o objeto da contratação, bem como custos com abastecimento e combustível, manutenção da embarcação, instalação do deque flutuante, logística, qualquer deslocamento da embarcação e ou tripulação que se faça necessário, e outros itens não citados neste documento, ficando tais custos a cargo exclusivo da contratada
- d) Valor unitário e valor global do item, apresentado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- e) **A planilha de estrutura e serviço deve estar anexada à proposta, e deve ainda conter o preço unitário e total dos elementos que a compõem, conforme Anexo IV deste edital – Planilha de Estruturas e Serviços;**
 - e.1) Quando a divisão do valor total pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser arredondado ao limite de duas casas decimais. O valor total de cada item da planilha obtido após o arredondamento deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.
- f) Os preços unitários de referência contidos no anexo III foram obtidos com base no valor menor preço apurado em pesquisa mercadológica, sendo estes os valores máximos de referência para a licitação, sob pena de desclassificação da Proposta Inicial de Preços.
 - f.1) O Agente de contratação poderá diligenciar a empresa com vistas à correção de eventuais falhas ou inconsistências verificadas na planilha, sendo expressamente vedada a inclusão de novos custos ou majoração dos preços originalmente propostos, assim como qualquer prática configurada como jogo de planilha.
- g) Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da assinatura;
- h) Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.
- i) Declaração de que o Proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos, nos termos do que dispõe o art. 63 da

Lei Federal nº 14.333/2021;

j) Declaração de que o Proponente tem ciência de todas as condições, especificações e exigências constantes neste Edital e seus anexos e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, cientes da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência posterior;

12. DOS CRITÉRIOS E DA FASE DE JULGAMENTO

12.1 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os quantitativos discriminados no anexo IV – Planilha de estruturas e serviços as especificações e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

12.2 O Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, SUCAF e/ou CAGEF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União e que podem ser consultados em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

12.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

12.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Não obedecer às especificações técnicas, os prazos e as condições definidas neste Edital e seus anexos;
- b) Contiver vícios insanáveis;
- c) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela BELOTUR;
- d) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e seus anexos, desde que insanável;
- e) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem com preço superior ao valor estimado apurado pela BELOTUR, conforme detalhamento disposto neste Edital.

12.5 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, disponível em tempo real para todos os licitantes.

12.6 Será considerada proposta inexequível aquela que não se revelar capaz de possibilitar ao licitante uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente, portanto, não sendo admitida proposta que apresente preços (global ou unitário) simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.

12.6.1 Em caso de dúvidas quanto à exequibilidade da proposta, o Agente de Contratação poderá solicitar ao licitante comprovação, através de diligência, por meio de apresentação de documentos e planilhas de composição de preços, de que o preço ofertado é exequível, nos termos dos art. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

12.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em **relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos**, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

12.8 Caso a proposta do licitante mais bem classificado tenha sido aceita na fase de julgamento, o Agente de Contratação iniciará a análise dos documentos de habilitação.

13. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

13.2 Para habilitação das Licitantes será exigida a documentação abaixo relacionada:

13.2.1 Habilitação Jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição e da Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certificado de Regularidade relativa à Seguridade Social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos e de que não adota relação trabalhista caracterizando trabalho forçado ou análogo a trabalho escravo, conforme modelo do Anexo VII.

13.2.2.1 Os documentos referidos neste subitem poderão ser substituídos ou suprimidos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

13.2.2.2 A comprovação de atendimento do disposto nas letras “c”, “d” e “e” deverá ser feita na forma da legislação específica.

13.2.3 Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

a.1) Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente do plano de recuperação em vigor.

b) Balanço patrimonial e demonstração contábil do resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

b.1) Entende-se por “último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei”, o prazo estabelecido no art. 1.078 do Código Civil (CC), portanto até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Assim, os documentos referidos na letra “b” devem contemplar os **exercícios sociais de 2024 e 2025.**

b.2) Serão considerados, na forma da lei, o balanço patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:

I. Para Sociedades Anônimas, cópia da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;

II. Para as demais empresas, cópias legíveis do Balanço Patrimonial e demonstração contábil devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

III. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.

b.3) O balanço patrimonial e demonstração contábil do resultado dos últimos exercícios sociais deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5) Apresentar Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável em Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

d) Reserva-se ao Agente de Contratação o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

13.2.4 Comprovação da Qualificação Técnica

13.2.4.1 Apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando experiência anterior satisfatória na execução de serviços compatíveis em características, natureza e porte com o objeto da contratação, especialmente relacionados a:

- operação e logística de embarcação com tripulação para transporte turístico, recreativo ou institucional;
- prestação de serviços de turismo, receptivo turístico ou atendimento a visitantes;
- execução de serviços com exigência de segurança operacional.

Os atestados deverão conter identificação do emitente, período de execução, descrição dos serviços prestados e manifestação quanto ao desempenho satisfatório.

13.2.4.2 Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.2.4.3 Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

13.2.4.4 Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

13.2.4.5 apresentação de Declaração de Vistoria Técnica emitida pela Belotur, comprovando que a licitante realizou visita técnica e tomou conhecimento integral das condições físicas, operacionais e logísticas dos locais de execução contratual, especialmente CAT Veveco, pier, áreas de embarque/desembarque e estruturas de apoio. Alternativamente, poderá ser aceita declaração formal de renúncia à vistoria, firmada pelo representante legal ou responsável técnico, mediante a qual a licitante declara pleno conhecimento das condições locais e assume integral responsabilidade, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.,

13.3 Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF, desde que seja possível aferir todas as comprovações exigidas pelo edital.

13.3.1 Caso o Licitante não esteja habilitado no cadastro na(s) linha(s) de fornecimento/serviço compatível com o objeto licitado, deverá anexar ainda o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao objeto licitado.

13.3.2 Caso não conste nos referidos cadastros – SUCAF, SICAF e/ou CAGEF, quaisquer documentos de habilitação, o Licitante deverá anexá-los devendo estar os mesmos em vigor na data da abertura das propostas.

13.3.3 O Agente de Contratação ou a equipe de apoio poderá fazer consulta à base de dados do SUCAF, SICAF e/ou CAGEF para emissão do documento que comprove a regularidade dos documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira junto aos órgãos pertinentes.

13.3.4 Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, caso não estejam contemplados ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF do licitante exigidos neste item deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo”, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, através de seu Acesso Identificado, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

13.3.4.1 Os documentos deverão ser encaminhados no formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

13.3.4.2 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, por igual período, nas seguintes situações:

- a) Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

13.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, excetuando aqueles que por sua natureza serão de responsabilidade de terceiros, devendo ser observado:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.5 Para fins de habilitação, os documentos que não possuem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura do pregão.

13.5.1 Não se enquadram no subitem anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

13.6 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.6.1 Complementação e informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

13.6.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.7 Na análise dos documentos de habilitação o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13.9 O Agente de Contratação ou a Equipe de Apoio poderá verificar a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos por meio digital das empresas licitantes, desde que seja possível tal verificação em sítio eletrônico, o que constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

13.10 Constatada a regularidade da documentação, o licitante será habilitado e declarado vencedor

do certame por item.

14. DOS RECURSOS

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 10 (dez) minutos, concedido na sessão pública, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

14.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

14.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.5 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

14.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.9 O recurso será dirigido ao Agente de Contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.9.1 As respostas referentes à análise dos recursos apresentados serão disponibilizadas no sistema eletrônico de Licitações, bem como no Portal da BELOTUR – <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes>, até o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo para oferecimento das contrarrazões.

14.10 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 . O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da empresa licitante, e o sujeitará à aplicação das normas contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, na Lei Federal nº 13.303/2016, na Lei Federal 14.133/2021; no Decreto Municipal nº 18.096/2022 e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação, a empresa arrematante do objeto deste pregão, será convocada para assinar o contrato, tendo para isso o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR e do inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.2.1 A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 16.1, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis

16.3 Para a assinatura do contrato, a empresa arrematante deverá apresentar:

- a) ANEXO IX – Declaração de que trata a Emenda nº 23 à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, conforme artigo 49-B;
- b) Apresentar comprovante de cadastro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.
 - b1) Se a Adjudicatária não for cadastrada no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Gerência de Licitações, Contratos e Convênios - GLICO-BL - no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão para o seguinte e-mail: contratos.belotur@pbh.gov.br.
 - b2) O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.
 - b3) O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.5.2.1. podendo ser prorrogado mediante solicitação da Adjudicatária, devidamente justificada.
 - b4) Na hipótese de a Adjudicatária não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.
- c) Informar os membros da equipe responsável pela implantação e operação, bem como os canais oficiais de contato (telefone, e-mail e, se solicitado, aplicativo de mensagens corporativo).
- d) Comprovante de regularidade da embarcação destinada à operação perante a Autoridade Marítima, mediante apresentação de documentação válida, incluindo o registro na Capitania dos Portos, certificados obrigatórios de navegação e segurança e demais licenças e autorizações necessárias.
- e) Comprovante de regularidade da tripulação em atendimento às exigências da Marinha do Brasil,

legislação trabalhista e de segurança no tráfego aquaviário, quanto à tripulação mínima obrigatória, mediante apresentação do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), com profissionais habilitados, cursos obrigatórios e documentação regular.

- f) Autodeclaração de controle operacional, atuação preventiva e compromisso com adoção de medidas de segurança, contingência e resposta emergencial durante toda a execução contratual.
- g) Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Sua Carga (DPEM), conforme previsto na NORMAN-202/DPC.
- h) ART, RRT, TRT ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado na área ambiental, declarando conformidade quanto ao uso, armazenamento, abastecimento e manejo de combustíveis e demais insumos potencialmente poluentes.
- i) ART ou documento equivalente emitido por biólogo, médico veterinário ou profissional legalmente habilitado, atestando a observância das diretrizes técnicas relacionadas à fauna e à proteção ambiental do espelho d'água e entorno.
- j) ART ou documento equivalente de profissional habilitado atestando conformidade do sistema de gestão, segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na operação.
- k) Plano de Emergência de Bordo, contendo procedimentos para acidentes, pane mecânica, abandono, resgate, primeiros socorros, incêndio e contingências operacionais, bem como comprovação de equipamentos de salvatagem em conformidade com as normas da Autoridade Marítima.
- l) Declaração formal de ciência da existência da cortina de sedimentos na Lagoa da Pampulha, comprometendo-se a observar limites operacionais, calado permitido, rotas seguras e cuidados necessários para evitar danos à estrutura.
- m) Indicação do prazo de garantia técnica dos serviços executados e compromisso de manutenção preventiva e corretiva da embarcação e equipamentos durante toda a vigência contratual.
- n) Projeto técnico e ART ou RRT, emitido por profissional legalmente habilitado, específico para cada estrutura de pier a ser instalada.
- o) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR que contenha a análise dos riscos ocupacionais dos trabalhadores que estarão envolvidos na prestação dos serviços.
- p) Comprovação de registro ou inscrição regular do Guia de Turismo no CADASTUR nos termos da Lei Federal nº 11.771/2008.

16.3.1 . É de responsabilidade da empresa arrematante, providenciar seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrada, nos termos do Decreto Municipal nº 11.245/2003. Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone (31) 3277-8186 e endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

16.4 Caso o licitante arrematante se recuse a assinar a contrato, é prerrogativa da BELOTUR o direito de adjudicar à segunda colocada o objeto licitado, podendo aplicar a penalidade cabível.

16.5 O licitante arrematante fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

16.6 Exigir-se-á da contratada a prestação de garantia para a execução do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total a ser estabelecido no contrato. Em caso de falhas, interrupções ou

descumprimentos contratuais, a contratada deve sanar as irregularidades no prazo máximo de 72 horas após a notificação formal da Belotur.

16.6.1 A garantia contratual deverá ser recolhida previamente à assinatura do instrumento contratual.

16.6.2 Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

16.6.3 A cobertura do seguro-garantia vigerá até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto na circular SUSEP n.º 214/2002, em seu art. 3º, inciso I.

16.6.4 A garantia na forma de fiança bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

16.6.5 A Belotur se utilizará de pleno direito, total ou parcialmente da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas durante a execução do contrato.

16.6.6 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada obrigará-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data em que for notificada. A garantia somente será liberada ou restituída após a integral execução do contrato, desde que não haja pendência de reclamação a ela relativa, hipótese em que ficará retida até solução final.

17. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de início da operação dos passeios de turismo náutico.

17.2 O contrato poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, por acordo entre as partes, respeitados os limites do art. 71 Lei Federal nº 13.303/2016, desde que a medida seja vantajosa para a Belotur e atendidas as regras do seu Regulamento de Licitações e Contratos, e caso a concessão integrada da Pampulha não tenha sido adjudicada e iniciada.

17.3 Em caso de início da operação pela futura concessionária, a Belotur poderá rescindir o contrato com aviso prévio de 90 (noventa) dias, sem ônus indenizatório ao contratado.

17.4 Em caso de eventual renovação do contrato, o valor relativo ao item “Pier para embarque e desembarque” do objeto de contratação (subitem 2.5 do edital), não será contemplado no novo período.

18. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – MÉTODOS E ESTRATÉGIAS, LOCAIS E PRAZOS

18.1 Todas as informações referentes ao objeto e à prestação dos serviços, ocorrerão de acordo com as condições e detalhamento apresentado no Termo de Referência e demais anexos que compõem este edital.

18.1.1 . Métodos e estratégias de execução do serviço, local, prazos e regime de execução na forma do item 06 do termo de referencia

18.2 Deverão ser observadas todas as disposições contidas no Termo de Referência.

18.3 Em caso de descumprimento de quaisquer condições descritas no Termo de Referência, a empresa faltosa fica sujeita às sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

18.4 Em caso de irregularidades ou caso o serviço esteja fora dos padrões e especificações determinados, a BELOTUR solicitará a imediata regularização. O atraso na substituição ou regularização acarretará a suspensão dos pagamentos pendentes além da aplicação das penalidades previstas neste edital e no contrato.

18.5 O detalhamento dos itens e seus quantitativos, que compõem o objeto deste edital, encontram-se elencados no Termo de Referência e no ANEXO IV - PLANILHA DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS.

18.6 Todo o fornecimento de serviço que demande a exigência de cadastro e/ou registro junto aos órgãos competentes deverão seguir e fazer cumprir todo o regramento aplicável, quando da contratação.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será mensal condicionado à comprovação efetiva da prestação dos serviços e à aprovação dos relatórios técnicos pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

19.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal devidamente atestado.

19.3 A contratada deverá emitir documento fiscal de acordo com a legislação vigente, contendo a discriminação do objeto e o período da prestação do serviço.

19.4 O documento fiscal deverá ser encaminhado ao gestor ou fiscal do contrato, que atestará a despesa e enviará ao setor competente para pagamento, juntamente com o Relatório de Desempenho do Fornecedor.

19.5 Se houver incorreção no documento fiscal ou na documentação que o acompanha, os documentos serão devolvidos para correção, e o prazo de pagamento será contado a partir do atestado do documento fiscal corrigido, não cabendo acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios.

20. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

20.1 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

20.2 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento

não previstos.

20.3 A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

20.4 A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto do instrumento contratual.

20.5 A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto do instrumento contratual.

20.6 A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

20.7 A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto do instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

20.8 À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto do instrumento contratual.

20.9 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto do instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

20.10 A CONTRATADA deverá notificar a BELOTUR, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

20.10.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

20.11 A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após a execução do objeto descrito no instrumento contratual, fica obrigada a assumir total responsabilidade ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

20.12 A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a BELOTUR para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018.

20.13 O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas neste item e no instrumento contratual permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a BELOTUR bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, salvo decisão judicial contrária.

20.14 O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas neste item e no instrumento contratual sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

21. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

21.1 Na execução do presente contrato é vedado à BELOTUR e à CONTRATADA/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem

quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei/ edital;

d) Alegar o desconhecimento e/ou descumprir as regras previstas na Lei 12.846/2013 e no Decreto Municipal nº 16.954/2018, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na BELOTUR;

e) Manipular ou fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Municipal nº 16.954/2018.

22. RECOMENDAÇÕES REFERENTES À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1 Recomenda-se que a empresa vencedora do certame se oriente pelas informações constantes abaixo e na norma brasileira “ABNT NBR ISO 20121 – Sistemas de gestão para sustentabilidade de eventos - Requisitos com orientações de uso”.

22.2 Primar pelo desenvolvimento sustentável sob os seguintes aspectos:

a) Aspectos ambientais – utilização de recursos, escolha de materiais, conservação de recursos, redução das emissões, preservação da biodiversidade e da natureza, emissão de poluentes no solo, na água e no ar;

b) Aspectos sociais – normas de trabalho, saúde e segurança, liberdades civis, justiça social, comunidade local, questões culturais, acessibilidade, equidade, patrimônio e sensibilidades regionais;

c) Aspectos econômicos – retorno sobre o investimento, economia local, capacidade do mercado, valor das partes interessadas, inovação, impacto econômico direto e indireto, presença de mercado, desempenho econômico, risco, comércio justo.

22.3 Primar pela qualidade dos ITENS fornecidos e manter critérios de qualificação de fornecedores/terceiros, levando em consideração também as ações ambientais por estes realizadas.

22.4 Utilizar e fornecer preferencialmente produtos que causem menor impacto negativo ao ambiente.

22.5 Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos. **22.6.** Evitar desperdício.

22.6 Fazer uso racional de água e energia e adotar controles de nível de ruído e de poluição. **22.8.** Adotar práticas de melhor aproveitamento dos alimentos e reduzir a produção de resíduos alimentares.

22.7 Adotar critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, privilegiando produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.

22.8 Assegurar que os sistemas adotados na gestão dos eventos possam alcançar os resultados pretendidos, prevenir ou reduzir os efeitos indesejáveis e alcançar a melhoria contínua de forma a:

a) Minimizar os impactos negativos de produtos e/ou serviços (por exemplo, impactos sobre a saúde, qualidade do ar, geração de resíduos perigosos);

b) Minimizar a demanda por recursos (por exemplo: utilizando produtos com recursos eficientes, como aparelhos com energia mais eficiente, veículos com combustível mais eficiente e produtos que incorporam conteúdo reciclado);

c) Minimizar os impactos negativos da própria cadeia produtiva, em particular os aspectos sociais (por exemplo, dando preferência a fornecedores locais, projetos de inclusão e organizações que atendam padrões mínimos éticos, de direitos humanos e de emprego, incluindo oportunidades iguais);

d) Assegurar que os termos de contratos sejam justos, aplicados e respeitados.

23. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

23.1 Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

23.1.1 O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

23.1.2 O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

23.1.3 O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

23.1.4 O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

23.1.5 O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.1.6 O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

I – antes da assinatura do contrato e/ou da celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;

II - a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

23.1.6.1 A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.

23.1.6.2 O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.

23.1.6.3 Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

24.2 Os documentos de habilitação do licitante vencedor encaminhados nessa licitação poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

24.3 O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da proposta

apresentada.

24.4 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços, ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, se houver, nos termos do art. 101, §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR.

24.5 Os itens que compõem o objeto são interdependentes e não podem ser executados de forma autônoma. A subcontratação parcial é permitida mediante aprovação prévia da Belotur, para as atividades instrumentais e acessórias. A contratada principal permanece integralmente responsável pela perfeita execução contratual, devendo supervisionar e coordenar as atividades do subcontratado

24.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Belotur ou com agente público envolvido na contratação, fiscalização ou gestão do contrato.

24.7 A tolerância da BELOTUR com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

24.8 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9 As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes, via sistema eletrônico de licitações, ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicações no DOM e/ou no Portal da PBH, sendo de exclusiva responsabilidade de o licitante acompanhar as informações disponibilizadas por estes meios.

24.10 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação e pela equipe de apoio ou pela autoridade superior.

24.11 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

24.12 A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.

24.13 A CONTRATADA deverá observar, seguir e fazer cumprir, se necessário, à época da contratação, todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte no que tange aos novos protocolos de saúde e segurança.

24.14 A exploração de atividades comerciais complementares (eventos temáticos, oferta de produtos ou serviços acessórios) será admitida apenas de forma complementar ao objeto principal, mediante prévia autorização da Belotur, observadas as diretrizes institucionais, o interesse público e a legislação aplicável. Tais receitas não constituirão a base de remuneração principal da contratada, devendo observar os limites e condições estabelecidos pela Administração, bem como os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas previstos contratualmente.

24.15 A comercialização de ingressos dos passeios náuticos regulares será realizada por meio do sistema de bilhetagem operado pela contratada, constituindo-se a respectiva receita como receita

pública vinculada à Belotur. Caberá à contratada a gestão operacional do sistema, incluindo a arrecadação, controle e disponibilização das informações, com obrigação de repasse integral dos valores arrecadados à contratante, descontada as taxas de transação, nos prazos e condições definidos contratualmente.

24.16 A execução dos serviços não se caracteriza como transferência da titularidade do serviço público ou delegação de sua exploração econômica à contratada.

24.17 Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Trajeto e Plantas dos Espaços de Operação dos Passeios de Turismo Náutico

Anexo III – Limpeza e Desinfecção das Embarcações

Anexo IV – Planilha de Estruturas e Serviços /Preço referência

Anexo V – Modelo de Proposta Comercial

Anexo VI – Modelo de declaração Independente de Proposta

Anexo VII – Modelo Declaração (Menor)

Anexo VIII – Minuta do Contrato

Anexo IX – Modelo de Declaração de que Trata Emenda Nº 23 À Lei Orgânica Município de Belo Horizonte

Anexo X – Modelo de declaração - Ciência da existência da cortina de sedimentos

Anexo XI – Modelo de Declaração de Vistoria

Anexo XII – Modelo de Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica

Belo Horizonte, 26 de junho de 2026.

Leandro Carlos Moreira
Diretor de Projetos Especiais e Novos Negócios
Delegação de competência – portaria 031/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

| | |
|--|----------------------------|
| UNIDADE REQUISITANTE: Diretoria de Projetos Especiais e Novos Negócios - DPEN | |
| RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO: Leandro Carlos Moreira | MATRÍCULA: BL00080036-0 |

1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação aplicável, normas da Autoridade Marítima Brasileira, diretrizes dos órgãos de patrimônio cultural, normas ambientais e requisitos operacionais definidos pela Belotur.

A contratação será estruturada como prestação de serviços contínuos, cabendo à contratada a execução das atividades necessárias ao funcionamento regular da operação turística, incluindo a disponibilização de equipe, sistemas, equipamentos e infraestrutura de apoio indispensáveis à adequada prestação do serviço, conforme diretrizes, parâmetros e supervisão da contratante.

Integram o objeto, como atividades instrumentais e acessórias à prestação do serviço principal:

- a) Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação.
- b) Receptivo com operação no Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy (CAT Veveco).
- c) Atendimento com Guia de Turismo.
- d) Instalação, operação, manutenção e retirada de pier para embarque e desembarque.
- e) Implantação, operação e manutenção de sistema de bilhetagem e controle de acesso.
- f) Monitoramento operacional e elaboração de relatórios de desempenho.

1.1 Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação

A contratada deverá operar passeios de turismo náutico regulares de quinta-feira a domingo, incluindo feriados, em horários definidos pela Belotur. Cada passeio terá duração mínima de 60 minutos.

Nos casos de cancelamento ou não realização de passeio regular sem justificativa aprovada pela Belotur, a remarcação deverá ser alocada no cronograma mais rápido possível, sujeito às penalidades previstas.

A navegação ocorrerá em trajeto definido pela Belotur e previamente autorizado pelos órgãos competentes. O trajeto compreenderá a contemplação de todos os monumentos do Conjunto Moderno da Pampulha e sua Paisagem Cultural, dentro da Core Zone do sítio reconhecido pela

UNESCO. O embarque e desembarque serão realizados no CAT Veveco. O trajeto detalhado consta em anexo.

A área é tombada pelo IPHAN, IEPHA-MG e PBH, e é Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Qualquer atividade que implique intervenção física permanente, sonorização e iluminação dependerá de autorização prévia dos órgãos de patrimônio competentes.

A tripulação deve estar habilitada conforme normas da Autoridade Marítima e possuir Cartão de Tripulação de Segurança (CTS). A documentação deve ser mantida atualizada durante toda a vigência contratual. Toda tripulação deverá participar de encontros de capacitação interna com a Belotur em datas a serem agendadas.

A embarcação deverá ser do tipo catamarã, trimarã ou fundo chato com características similares, com vistoria aprovada e todas as licenças necessárias para operação. Capacidade mínima de 50 e máxima de 80 passageiros sentados e calado máximo de 1,0 metro, conforme batimetria da Lagoa da Pampulha. Assentos fixos nas dimensões previstas na NORMAM-202/DPC. A embarcação deverá ser dotada de, no mínimo, 02 (dois) banheiros, sendo que pelo menos 01 (um) deles deverá ser totalmente acessível, atendendo aos padrões de acessibilidade vigentes e em perfeitas condições de uso durante todo o horário de funcionamento. Disponibilidade de água potável a bordo individualizada para passageiros. Sistema de som (microfone, alto-falante, caixa de som e televisor) em todos os ambientes. Sistema de comunicação com a equipe de terra. Equipamentos de salvatagem homologados conforme NORMAM. Cobertura que assegure visibilidade dos passageiros para contemplação da paisagem.

Velocidade compatível com segurança dos passageiros e tempo do percurso, observadas as restrições de ondulação e impacto sobre as margens. Propulsão por motores a gasolina marítimo de 4 tempos, com autonomia mínima de 10 horas de operação e baixos índices de emissão sonora e de poluentes.

A embarcação deve dispor de GPS, EPIs e EPCs para tripulantes e passageiros, material de limpeza e higiene biodegradável, equipamentos e peças para manutenção preventiva e corretiva.

Durante períodos sem operação e em ações de limpeza, manutenção e abastecimento, a embarcação deve ficar atracada em píer de apoio em local aprovado pela SMPU e pelos órgãos de proteção do patrimônio. Para operações complexas de manutenção, a contratada poderá solicitar acesso ao ponto de apoio da PBH localizado no Parque Ecológico. A contratada deverá tomar os cuidados necessários para não romper a cortina de sedimentos.

A embarcação deve ser plotada com a arte e logotipo produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, conforme padrões e modelos enviados e autorizados pela Belotur. O envelopamento deverá seguir o projeto de layout e identidade visual previamente aprovado. A contratada deve respeitar integralmente as proporções, posicionamentos e cores. Desvios não autorizados por escrito serão considerados não conformidades, devendo a contratada realizar correções sem ônus adicional para a contratante. A contratada deve conferir e validar, junto à Belotur, o posicionamento correto dos elementos gráficos antes da aplicação definitiva. A plotagem deverá valorizar e destacar a marca da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme diretrizes de comunicação visual vigentes.

A Belotur poderá solicitar à contratada a reserva de parte dos passeios para atendimentos institucionais, corporativos, sociais e educativos embarcados, inclusive em dias e horários diferentes dos pré-estabelecidos. Outras possibilidades operacionais a serem avaliadas ao longo do contrato incluem: operação noturna e em horários diferenciados; desembarque de passageiros em pontos distintos da orla; oferta de experiências gastronômicas a bordo; eventos corporativos ou sociais embarcados; atividades turísticas educativas e institucionais; passeios temáticos com programação cultural e de entretenimento a bordo.

A realização de eventos temáticos, oferta de produtos ou serviços acessórios será admitida apenas de forma complementar ao objeto principal, mediante prévia autorização da Belotur, observadas as diretrizes institucionais, o interesse público e a legislação aplicável.

1.2 Receptivo com operação no CAT Veveco

O CAT Veveco, gerido pela Belotur, é o local qualificado para embarque e desembarque de passageiros na Pampulha, em conformidade com as normas dos órgãos de patrimônio e meio ambiente. O espaço é disponibilizado à contratada para suporte operacional e qualificação da experiência turística.

A contratada gerenciará todas as atividades do receptivo necessárias à operação náutica no CAT Veveco. Os serviços deverão funcionar regularmente de quinta a domingo, inclusive feriados, e em horários estendidos em casos de passeios remarcados, saídas especiais ou demandas operacionais de limpeza e manutenção, conforme horário previamente autorizado pela Belotur. A contratada deve manter endereço de e-mail e número de telefone para comunicação com a Belotur.

A contratada deverá disponibilizar equipe adequada, nos dias de operação dos passeios náuticos, no CAT Veveco para atendimento prioritário ao turista e ao morador. A equipe deve estar uniformizada, com crachá de identificação visível, e deve ter treinamento específico em atendimento ao público.

Atribuições da equipe de receptivo:

- Recepcionar e repassar informações sobre os passeios.
- Orientar o público sobre as regras de funcionamento.
- Vender, apoiar a retirada e a validação de ingressos.
- Organizar e coordenar as listas de passageiros e as respectivas filas de atendimento.
- Gerir lista de espera e substituições por desistência.
- Conferir documentação para meia-entrada, descontos e gratuidades.
- Recepcionar pessoas com deficiência (PCD) e idosos.
- Recepcionar grupos escolares e institucionais, quando aplicável.
- Controlar o embarque e desembarque.
- Conduzir passageiros à embarcação.
- Orientar passageiros quanto ao preenchimento de pesquisas de satisfação.
- Orientar passageiros em caso de cancelamento por instabilidade climática que represente risco à segurança.

A contratada poderá promover adequações físicas nos espaços existentes, mediante autorização prévia da Belotur, conforme Plano de Operação e Memorial Descritivo, autorização prévia dos órgãos competentes, observância das normas patrimoniais/urbanísticas e responsabilidade integral da contratada pelas licenças.

A marca nominativa "Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy – VEVECO" deverá ser preservada na identidade visual dos espaços, equipamentos e em toda veiculação publicitária. Não é permitida a associação da marca da contratada nos espaços e na prestação dos serviços.

Descrição do espaço físico do CAT Veveco: imóvel situado na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 855, bairro São Luís, Pampulha, Belo Horizonte/MG. O espaço, conforme anexo, dispõe de recepção com bancada, cozinha e dois banheiros individuais acessíveis. Área externa com acesso para veículos, com permissão de embarque e desembarque de passageiros. Inclui deck de madeira com vista para a Lagoa (mirante). Não possui píer para embarque e desembarque nem área de ancoradouro para limpeza e manutenção da embarcação. A implantação dessas estruturas é de responsabilidade da contratada.

1.3 Atendimento com Guia de Turismo

A contratada deverá disponibilizar, durante toda a vigência contratual e em todos os passeios de turismo náutico, Guia(s) de Turismo credenciado(s), habilitado(s) e com registro ativo no CADASTUR, na categoria Guia de Turismo Regional em Minas Gerais, conforme legislação aplicável e normas do Ministério do Turismo.

O profissional designado deverá ter capacidade de comunicação, postura compatível com atividades de receptivo turístico, apresentação pessoal adequada e aptidão para atendimento ao público diverso (moradores, turistas nacionais, visitantes estrangeiros, crianças e idosos). Sempre que demandado pela contratante, deverá ser disponibilizado atendimento bilíngue (Português/Inglês ou Português/Espanhol). O guia deverá portar, em local visível, a credencial oficial durante toda a execução do serviço.

Compete ao Guia de Turismo:

- Recepcionar os passageiros previamente ao embarque.
- Prestar orientações iniciais de segurança.
- Acompanhar integralmente o percurso a bordo.
- Conduzir o guiamento, apresentando o conteúdo interpretativo de forma organizada, cordial e segura, em alinhamento operacional com a tripulação e com a fiscalização contratual.
- Incentivar os passageiros a responder à pesquisa de satisfação.

O conteúdo interpretativo deverá contemplar informações históricas, culturais, arquitetônicas, ambientais e turísticas sobre a Pampulha, com destaque para o Conjunto Moderno da Pampulha, seu reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, e contextualização dos principais atrativos turísticos de Belo Horizonte.

O guiamento deverá estimular práticas de educação patrimonial e ambiental, enfatizando a preservação da Lagoa da Pampulha e de seu conjunto paisagístico e arquitetônico, e promovendo a conscientização do público quanto à proteção desse bem cultural e ambiental. O atendimento deve abranger assuntos correlatos ao monitoramento ambiental da Lagoa, enaltecendo aspectos e espécies indicadoras de qualidade ambiental.

Os profissionais indicados deverão participar, sempre que solicitado, de treinamentos, reuniões de alinhamento e capacitações promovidas ou validadas pela contratante, para padronização do discurso institucional, atualização de informações turísticas e aperfeiçoamento do atendimento.

1.4 Pier para embarque e desembarque

A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela implantação, operação, manutenção e retirada da estrutura destinada ao embarque e desembarque de passageiros e tripulação. A estrutura deverá estar instalada e legalizada no CAT Veveco, previamente ao início da operação.

A contratada deverá providenciar a elaboração de projeto técnico específico para a estrutura, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido por profissional legalmente habilitado. O projeto e sua execução deverão observar integralmente a legislação urbanística, ambiental e patrimonial aplicável, incluindo a responsabilidade integral da contratada pelas licenças, autorizações e aprovações junto aos órgãos competentes. A estrutura deve atender às condições de segurança, acessibilidade, estabilidade e funcionalidade exigidas para uso em atividades turísticas em águas interiores.

A estrutura deverá ser totalmente acessível, podendo ser do tipo flutuante ou fixo, desde que proporcione acessibilidade, estabilidade e segurança aos passageiros. A composição preferencial é madeira, blocos intertravados em polietileno de alta densidade (PEAD) ou material equivalente, com resistência comprovada a impactos, variações climáticas, exposição prolongada ao sol e contato contínuo com água doce. Superfície antiderrapante. Largura mínima de 2,5 metros. Comprimento ajustável conforme necessidades operacionais. Capacidade de carga compatível com a utilização prevista, com referência mínima de 300 kg/m², assegurando estabilidade durante embarque, desembarque e permanência de usuários.

O sistema de fixação e ancoragem deverá ser dimensionado conforme características da Lagoa da Pampulha, contemplando conexões entre terra, píer e embarcação, dispositivos de amarração, defensas e, quando necessário, corrimãos e dispositivos de proteção. Bordas arredondadas para reduzir risco de acidentes e facilitar aproximação das embarcações.

Compete à contratada a execução de todas as etapas relacionadas à estrutura, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada ao término do contrato. Deverá assegurar a realização de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual. A operação deverá contar com equipe técnica qualificada para acompanhamento da instalação, monitoramento contínuo e realização de reparos. Todos os custos associados à implantação e operação do pier deverão estar incluídos na proposta.

As datas, horários e locais específicos para montagem e desmontagem serão definidos posteriormente pela contratante.

1.5 Sistema de bilhetagem e controle de acesso

A contratada deverá implantar, operar e manter sistema digital integrado de bilhetagem para comercialização, controle e gestão de ingressos dos passeios. O sistema deve contemplar vendas em ambiente online e presencial, com funcionamento contínuo e disponibilidade mínima de 24 horas por dia e sete dias por semana.

O sistema deverá permitir a comercialização de ingressos por meio de plataforma digital acessível via internet (dispositivos móveis e eletrônicos) e por pontos físicos de venda a serem definidos pela contratante. Deverá suportar múltiplos meios de pagamento eletrônico, incluindo cartão de crédito, cartão de débito, Pix e outros que venham a ser incorporados. Deve garantir segurança nas transações e conformidade com as normas do sistema financeiro nacional.

A solução deverá contemplar mecanismos de validação eletrônica de ingressos no embarque, por meio de leitura digital, assegurando controle preciso de acesso, prevenção de fraudes e rastreabilidade das operações. O sistema deverá permitir o gerenciamento de capacidade por viagem, com bloqueio automático de vendas ao atingir o limite definido, e a administração de listas de espera, com possibilidade de liberação dinâmica de vagas em caso de desistências ou não comparecimento.

Deverá ser assegurada a rastreabilidade integral das transações, desde a disponibilização do ingresso até sua utilização. O registro deve incluir data, horário, canal de venda, forma de pagamento, identificação do usuário e validação no embarque. Todas as informações deverão ser armazenadas em ambiente seguro, com mecanismos de backup e recuperação de dados, garantindo integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações. A contratada deverá assegurar conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Municipal nº 13.709/2018), incluindo definição de responsabilidades pelo tratamento de dados, proteção contra acessos indevidos e armazenamento seguro das informações.

O sistema deverá disponibilizar painéis de acompanhamento e relatórios gerenciais e financeiros em tempo real, com capacidade de extração de dados em formatos abertos e editáveis. Os relatórios deverão permitir a análise de desempenho da operação, incluindo volume de vendas, taxa de ocupação, receita gerada, perfil de demanda, canais de comercialização e indicadores operacionais relevantes.

A contratada deverá assegurar a segurança da informação em todas as camadas do sistema, adotando protocolos de proteção contra acessos não autorizados, vazamento de dados, fraudes e indisponibilidade. Deverá implementar controle de acessos por níveis de permissão, autenticação segura de usuários e registro de logs de operação. A responsabilidade pela integridade e proteção dos dados será integralmente da contratada, inclusive quanto ao uso indevido de credenciais vinculadas à Belotur ou à Prefeitura de Belo Horizonte.

O sistema deverá permitir a parametrização de regras operacionais pela contratante, incluindo definição de preços, descontos, gratuidades, cortesias, políticas de cancelamento e remarcação, além da configuração de horários, rotas e capacidade das embarcações.

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, com atendimento para resolução de falhas, instabilidades e dúvidas operacionais. Deverá realizar manutenção evolutiva e corretiva do sistema, assegurando sua atualização tecnológica e aderência às necessidades da operação.

Compete ainda à contratada a disponibilização de equipamentos e infraestrutura necessários à operação presencial da bilhetagem e validação de ingressos, incluindo dispositivos de leitura, acesso à internet e demais recursos tecnológicos.

Todos os custos relacionados à implantação, operação, manutenção, suporte, infraestrutura tecnológica e meios de pagamento deverão estar incluídos na proposta.

1.6 Monitoramento operacional e relatórios de desempenho

A contratada deverá implantar e manter rotina estruturada de registro, consolidação e análise de dados operacionais, comerciais e institucionais relacionados à execução dos serviços. Deve assegurar a produção contínua de informações para acompanhamento, fiscalização e tomada de decisão pela Belotur. O modelo de gestão adotado, incluindo sistemas, fluxos operacionais, instrumentos de coleta e questionários, deverá ser apresentado para análise e aprovação da Belotur por meio do Observatório do Turismo e da fiscalização do contrato.

O registro dos dados deverá ocorrer de forma sistemática e padronizada ao longo de toda a operação, contemplando informações sobre execução dos passeios, atividades complementares, desempenho da bilhetagem, perfil do público atendido e demais variáveis relevantes. Os dados deverão ser coletados por meio de sistemas digitais, com garantia de integridade, consistência e rastreabilidade.

A contratada deverá elaborar e apresentar relatórios mensais de atividades, contendo descrição detalhada da operação no período, acompanhada de documentação comprobatória. Os relatórios deverão incluir, no mínimo:

- Registro fotográfico representativo das atividades realizadas com e sem presença de público, com identificação de data e local.
- Consolidação de indicadores de desempenho operacional, comercial e de atendimento.
- Detalhamento das ações executadas, incluindo eventos, operações especiais e intercorrências.
- Resultados obtidos, com análise comparativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável.
- Discriminação da receita por tipo de serviço, incluindo passeios regulares e temáticos conforme demanda institucional.
- Taxa de ocupação das embarcações por viagem e no consolidado mensal.
- Registro individual de cada viagem, incluindo número de viagens realizadas, ocupação por tipo de bilhete/ingresso, cancelamentos e reagendamentos com justificativas.

- Caracterização do público atendido (origem, faixa etária, renda, gênero, motivação, forma de aquisição do ingresso).
- Demonstrativo dos custos operacionais.
- Resultados de pesquisas de satisfação dos usuários, com metodologia, amostra e análise dos dados coletados.
- Levantamento de inserções em mídia espontânea decorrentes dos passeios, com indicação das fontes, datas e conteúdo veiculado, acompanhado de clipagem e mensuração econômica da mídia espontânea em canais tradicionais e redes sociais.
- Registro das tratativas realizadas com os órgãos de proteção do patrimônio (IPHAN, IEPHA-MG, Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte), com indicação de processos, licenças obtidas, condicionantes e eventuais restrições.
- Monitoramento de indicadores de demanda, ocupação, perfil de público, sazonalidade e aceitação do valor, com elaboração de relatório conclusivo ao final do contrato.
- Análise crítica da operação no período, com identificação de problemas, riscos e oportunidades de melhoria.
- Recomendações técnicas para a continuidade e aperfeiçoamento do serviço.

Os relatórios deverão apresentar indicadores de desempenho definidos em conjunto com a contratante. Os indicadores mínimos são: taxa de ocupação, volume de vendas, receita gerada, índice de satisfação do usuário, pontualidade das operações, número de ocorrências e tempo de resposta a demandas operacionais.

Além dos relatórios mensais, a contratada deverá manter base de dados atualizada e acessível à Belotur, possibilitando consulta a informações em tempo real ou sob demanda.

Todos os produtos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável e em PDF, observando padrão visual e identidade institucional definidos pela Belotur.

Os dados gerados pela operação são de titularidade da Belotur. A contratada será responsável pela veracidade, consistência e completude dos dados apresentados, devendo manter registros organizados e disponíveis para auditoria ou verificação.

A contratada deverá participar de reuniões periódicas de acompanhamento, monitoramento e alinhamento operacional com a Belotur, em formato presencial ou remoto, sempre que convocada pela fiscalização do contrato ou pelo Observatório do Turismo. Durante a fase inicial de implantação da operação, especialmente nas primeiras semanas subsequentes à assinatura do contrato, deverão ser realizadas reuniões semanais de acompanhamento, com o objetivo de monitorar a mobilização, implementação dos serviços, ajustes operacionais e alinhamento institucional. Após o período inicial, a contratada deverá participar, no mínimo, de reuniões mensais de monitoramento, apresentando informações atualizadas sobre a execução contratual, indicadores operacionais, eventuais ocorrências, riscos identificados e medidas corretivas ou de aprimoramento adotadas. As reuniões poderão gerar registros, atas, encaminhamentos e planos de ação, cuja execução deverá ser acompanhada pela contratada.

1.7 Segurança, manutenção e conservação

A contratada é responsável pela conservação, limpeza, manutenção e segurança da embarcação e operação náutica, devendo zelar pela navegabilidade e pelo cumprimento das normas ambientais, de acessibilidade e de segurança náutica. É vedada a atracação em locais não autorizados. A contratada responde integralmente por danos, acidentes ou impactos ambientais decorrentes de uso ou manutenção inadequados.

A inspeção diária, realizada nos dias de operação no início de cada turno pela tripulação, deve verificar: tensionamento das correias dos motores; níveis de óleo dos motores, reversores, bomba injetora e reservatórios de combustível; níveis de água nos radiadores; existência de vazamentos; estado geral das baterias; sistema elétrico; funcionamento dos propulsores e leme; sinalizações e iluminações de bordo; existência de trincas em equipamentos, chapas e estruturas. A inspeção diária deverá ser documentada por meio de relatório de inspeção de travessia lacustre, disponível para fiscalização. Qualquer anomalia deve ser comunicada à Belotur.

A inspeção semanal abrange equipamentos de segurança: bóias de salvatagem, lanternas, cordas, extintores de incêndio e maletas de primeiros socorros. A limpeza semanal inclui praça de máquinas, chaparias de cobertura, abrigo de passageiros, cabines de comando, inspeção e reaperto dos acoplamentos, inspeção geral do sistema elétrico, limpeza e checagem das baterias.

Diariamente, nos dias de operação, a tripulação deve varrer e lavar o convés e os sanitários, manter limpos o abrigo do tanque de combustível e o depósito de componentes, e limpar as cabines de comando e a casa de máquinas.

Os profissionais de limpeza e manutenção deverão estar uniformizados com fácil identificação, dispondo de todo o material necessário em quantidade suficiente: papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, sacos de lixo, vassouras, panos de limpeza, desinfetantes, álcool gel 70% para passageiros e lixeira biológica. Cada membro da equipe deve portar os EPIs necessários. Todos os custos referentes à mão de obra e contratação do serviço são de responsabilidade da contratada.

A contratada será integralmente responsável pela segurança patrimonial de todos os bens, equipamentos, insumos e materiais utilizados na execução dos serviços, incluindo aqueles alocados no CAT Veveco e em demais pontos de apoio. Compete à contratada contratar profissional de vigia ou segurança e adotar, por sua conta e risco, as medidas necessárias para prevenir perdas, danos, furtos e quaisquer ocorrências. A gestão do CAT Veveco pela Belotur não implica responsabilidade sobre a guarda, vigilância ou integridade de bens vinculados à operação da contratada.

2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1 Requisitos de habilitação técnica e qualificação

Para fins de habilitação técnica e para assegurar a adequada execução do objeto, a futura contratada deverá comprovar capacidade técnica, regularidade operacional e aptidão jurídica compatíveis com os serviços.

Deverão ser exigidos os seguintes requisitos:

a) Capacidade técnico-operacional: apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando experiência anterior satisfatória na execução de serviços compatíveis em características, natureza e porte com o objeto da contratação, especialmente relacionados a:

- operação e logística de embarcação com tripulação para transporte turístico, recreativo ou institucional;
- prestação de serviços de turismo, receptivo turístico ou atendimento a visitantes;
- execução de serviços com exigência de segurança operacional.

Os atestados deverão conter identificação do emitente, período de execução, descrição dos serviços prestados e manifestação quanto ao desempenho satisfatório.

b) Vistoria técnica prévia: apresentação de Declaração de Vistoria Técnica emitida pela Belotur, comprovando que a licitante realizou visita técnica e tomou conhecimento integral das condições físicas, operacionais e logísticas dos locais de execução contratual, especialmente CAT Veveco, pier, áreas de embarque/desembarque e estruturas de apoio. Alternativamente, poderá ser aceita declaração formal de renúncia à vistoria, firmada pelo representante legal ou responsável técnico, mediante a qual a licitante declara pleno conhecimento das condições locais e assume integral responsabilidade, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

2.2 Documentação técnica complementar

Além da habilitação, a contratada vencedora deverá apresentar, como condição para assinatura contratual ou início da operação, os seguintes documentos técnicos complementares:

a) Informar os membros da equipe responsável pela implantação e operação, bem como os canais oficiais de contato (telefone, e-mail e, se solicitado, aplicativo de mensagens corporativo).

b) Comprovante de regularidade da embarcação destinada à operação perante a Autoridade Marítima, mediante apresentação de documentação válida, incluindo o registro na Capitania dos Portos, certificados obrigatórios de navegação e segurança e demais licenças e autorizações necessárias.

c) Comprovante de regularidade da tripulação em atendimento às exigências da Marinha do Brasil, legislação trabalhista e de segurança no tráfego aquaviário, quanto à tripulação mínima obrigatória, mediante apresentação do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), com profissionais habilitados, cursos obrigatórios e documentação regular.

d) Autodeclaração de controle operacional, atuação preventiva e compromisso com adoção de medidas de segurança, contingência e resposta emergencial durante toda a execução contratual.

e) Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Sua Carga (DPEM), conforme previsto na NORMAN-202/DPC.

- f) ART, RRT, TRT ou documento equivalente, emitido por profissional legalmente habilitado na área ambiental, declarando conformidade quanto ao uso, armazenamento, abastecimento e manejo de combustíveis e demais insumos potencialmente poluentes.
- g) ART ou documento equivalente emitido por biólogo, médico veterinário ou profissional legalmente habilitado, atestando a observância das diretrizes técnicas relacionadas à fauna e à proteção ambiental do espelho d'água e entorno.
- h) ART ou documento equivalente de profissional habilitado atestando conformidade do sistema de gestão, segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na operação.
- i) Plano de Emergência de Bordo, contendo procedimentos para acidentes, pane mecânica, abandono, resgate, primeiros socorros, incêndio e contingências operacionais, bem como comprovação de equipamentos de salvatagem em conformidade com as normas da Autoridade Marítima.
- j) Declaração formal de ciência da existência da cortina de sedimentos na Lagoa da Pampulha, comprometendo-se a observar limites operacionais, calado permitido, rotas seguras e cuidados necessários para evitar danos à estrutura.
- k) Indicação do prazo de garantia técnica dos serviços executados e compromisso de manutenção preventiva e corretiva da embarcação e equipamentos durante toda a vigência contratual.
- l) Projeto técnico e ART ou RRT, emitido por profissional legalmente habilitado, específico para cada estrutura de pier a ser instalada.
- m) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR que contenha a análise dos riscos ocupacionais dos trabalhadores que estarão envolvidos na prestação dos serviços.
- n) Comprovação de registro ou inscrição regular do Guia de Turismo no CADASTUR nos termos da Lei Federal nº 11.771/2008.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS ESPERADOS

3.1 Justificativa da necessidade

A Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Belotur, opera desde 27 de dezembro de 2025 o passeio de turismo náutico com a embarcação "Capivarã", no contexto do Projeto Transformador Pampulha Viva. O contrato vigente, celebrado com o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP) por meio do Pregão Eletrônico nº 010/2025, encerra-se no final do primeiro semestre de 2026.

Paralelamente, encontra-se em estruturação a nova modelagem de concessão integrada para o Complexo da Pampulha, que incluirá os serviços de passeios de turismo náutico. Estima-se intervalo de aproximadamente dois anos entre o término do contrato atual e o início da operação pela futura concessionária.

A não interrupção dos passeios de turismo náutico é necessária para: consolidar padrões técnicos de acessibilidade e operação da embarcação em diferentes condições climáticas e de volumetria da lagoa; mensurar a elasticidade e a aceitação social do valor cobrado pelos passeios; aferir a sazonalidade da demanda turística; gerar base empírica para a modelagem econômico-financeira da futura concessão; aprimorar os procedimentos legais e administrativos de autorização, monitoramento e fiscalização do uso náutico do espelho d'água.

A manutenção da navegação turística integra a estratégia de ativação econômica, valorização cultural e uso qualificado do território, reforçando o compromisso da administração com o uso ordenado, sustentável e responsável do espaço público.

Desde o início da operação, observa-se demanda superior à capacidade ofertada, com esgotamento recorrente dos ingressos e formação de lista de espera. A operação transportou mais de 4.000 passageiros, com índice de satisfação geral de 99% e nota média de recomendação de 9,9. A atividade produziu efeitos positivos sobre a percepção pública da Lagoa da Pampulha, com aumento de inserções em mídia espontânea e associação do local a experiências turísticas e de lazer.

A retomada da atividade náutica está associada à melhoria das condições ambientais do espelho d'água, resultado de intervenções do poder público municipal. A manutenção da operação no período de transição é necessária para evitar descontinuidade do serviço, preservar os resultados alcançados e garantir a continuidade do atendimento ao público até a estruturação do modelo definitivo de concessão.

A nova contratação deve contemplar a cobrança de ingresso pelos passeios. A receita auferida constitui receita pública vinculada à política turística municipal, cabendo à contratada exclusivamente a operacionalização dos meios de venda e controle de acesso.

3.2 Resultados esperados

No plano operacional: garantir a continuidade ininterrupta do serviço de passeios de turismo náutico; implantar sistema de cobrança de ingresso com transparência e rastreabilidade das receitas; qualificar a experiência do visitante no CAT Veveco.

No plano estratégico: gerar dados confiáveis de visitação, perfil de público, receita e sazonalidade para subsidiar a modelagem econômico-financeira da futura concessão; ampliar e qualificar a oferta de experiências turísticas na Pampulha; testar modelos operacionais e comerciais para a futura concessão.

No plano econômico: estimular a geração de empregos diretos e indiretos na cadeia turística da Pampulha; movimentar setores como gastronomia, hotelaria, transporte, comércio e serviços no entorno da Lagoa; gerar receita acessória à Belotur ou reduzir a dependência de recursos públicos.

No plano de patrimônio e cultura: valorizar o Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade; ampliar o tempo de permanência médio dos turistas na cidade; promover o uso consciente e ordenado do espaço público; divulgar Belo Horizonte como destino turístico.

No plano ambiental: garantir a operação náutica com respeito às condicionantes ambientais e patrimoniais; contribuir para a conscientização dos visitantes sobre a preservação da Lagoa da Pampulha; produzir dados que aprimorem os procedimentos de monitoramento e fiscalização do uso náutico do espelho d'água.

4. VALOR DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O valor global de referência da prestação do serviço, para o período de 12 meses, é de R\$ 5.289.054,20, conforme apuração por meio de cesta de preços, também composta por média de preços obtida com base em três orçamentos de fornecedores especializados.

| Item | Descrição | Especificação | Unid. | Qnt. | Valor Mensal (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|---|---|-------|------|--------------------|-------------------|
| 01 | Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação. | Operação regular de quinta a domingo, passeio mínimo de 60 minutos. Rota fixa que contempla todos os monumentos do Conjunto Moderno da Pampulha (Core Zone UNESCO). Embarcação tipo catamarã, trimarã ou fundo chato, capacidade mínima de 50 passageiros sentados, calado máximo 1,0 m, motor a diesel marítimo de 4 tempos, banheiro acessível, cobertura com visibilidade, GPS, equipamentos de salvatagem NORMAM, sistema de som e comunicação. Tripulação habilitada conforme Capitania Fluvial (CTS). Plotagem com identidade visual da PBH. Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias. | Mês | 12 | 293.000,00 | 3.516.000,00 |
| 02 | Receptivo com operação no Centro de Atendimento | Operação do Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy (CAT Veveco) de quinta a domingo, inclusive feriados. Equipe adequada para | Mês | 12 | 55.178,93 | 662.147,20 |

| | | | | | | |
|----|---|---|---------------------|----|-----------|------------|
| | o ao Turista Álvaro Hardy - CAT Veveco. | atendimento ao turista, venda e validação de ingressos, conferência de documentação (meia-entrada, gratuidade), controle de filas e lista de espera, recepção de PCD e idosos, condução ao embarque, orientação em cancelamentos. Marca nominativa do CAT deve ser preservada; vedada associação da marca da contratada. Espaço físico disponibilizado pela Belotur (Av. Otacílio Negrão de Lima, 855). Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias. | | | | |
| 03 | Atendimento com Guia de Turismo. | Presença obrigatória de Guia de Turismo em todos os passeios. Profissional com registro ativo no CADASTUR, categoria Guia Regional em Minas Gerais. Atendimento bilíngue (Português/Inglês ou Português/Espanhol) quando demandado. Atribuições: recepção pré-embarque, instruções de segurança, guiamento a bordo com conteúdo histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e patrimonial (UNESCO). Participação em treinamentos e capacitações promovidos pela Belotur. Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias. | Mês | 12 | 18.451,86 | 221.422,32 |
| 04 | Pier para embarque e desembarque. | Implantação, operação, manutenção e retirada de uma estrutura de embarque/desembarque no CAT Veveco. Projeto técnico com ART/RRT, observando legislação urbanística, ambiental e patrimonial (SMPU, IPHAN, IEPHA-MG). Estrutura acessível | Estrutura instalada | 1 | 190.000 | 190.000 |

| | | | | | | |
|----|---|---|-----|----|-----------|------------|
| | | (flutuante ou fixa), largura mínima 2,5 m, carga mínima 300 kg/m ² , superfície antiderrapante. Materiais preferenciais: madeira ou PEAD. Sistema de ancoragem com defensas e corrimãos. | | | | |
| 05 | Sistema de bilhetagem e controle de acesso. | Implantação, operação e manutenção de sistema digital integrado para venda e gestão de ingressos, com canais online (web e dispositivos móveis) e presencial. Múltiplos meios de pagamento (cartão crédito/débito, Pix). Validação eletrônica no embarque (leitura digital). Gerenciamento de capacidade por viagem, bloqueio automático, lista de espera. Rastreabilidade total das transações. Relatórios gerenciais e financeiros em tempo real, dados em formato aberto. Segurança da informação, conformidade com LGPD, suporte técnico contínuo. Fornecimento de equipamentos de leitura e infraestrutura necessária. | Mês | 12 | 37.441,86 | 449.302,36 |
| 06 | Monitoramento operacional e elaboração de relatórios de desempenho. | Registro sistemático e padronizado de dados operacionais, comerciais e institucionais. Relatórios mensais com: registro fotográfico, indicadores de desempenho (taxa de ocupação, volume de vendas, receita, satisfação do usuário, pontualidade, ocorrências), análise de execução, discriminação de receitas por tipo de serviço, ocupação por viagem, caracterização do público (origem, faixa etária, renda, etc.), resultados de pesquisas de satisfação, clipagem de mídia espontânea, registro de tratativas com órgãos de patrimônio (IPHAN, IEPHA- | Mês | 12 | 20.848,53 | 250.182,32 |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | MG, DIPC), relatório conclusivo ao final do contrato. Base de dados acessível à Belotur em tempo real. Formato digital editável e PDF. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

A especificação de cada item está em conformidade com os requisitos detalhados na seção 1. Especificação do Serviço, itens 1.1 a 1.6.

O item 04, Pier para embarque e desembarque, será pago em uma única parcela no primeiro mês do contrato.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

2805.1100.23.695.319.2.914.0007.339039.99.1.500.000 - reduzido 28050070.

A iniciativa está inserida no Projeto Transformador Pampulha Viva, amparada pela Lei Orçamentária Anual - LOA 2026, ação 2914, subação 7 - Barco Turístico, natureza do item 339039.99.

6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, LOCAL, PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

6.1 Critérios de aceitação do serviço

O cumprimento contratual será avaliado com base em:

a) Entrega e operação integral dos documentos pactuados:

- Plano de Operação Inicial contendo cronograma, equipe, escalas, rotinas e proposta metodológica;
- Memorial Descritivo das intervenções no CAT Veveco, píer e áreas de apoio, com layout, planta ou croqui das benfeitorias físicas e funcionais;
- Programação visual da embarcação, identidade visual operacional e comunicação ao público;
- Plano de Emergência de Bordo e Plano de Manutenção.
- Canais oficiais de comunicação e a periodicidade das reuniões de alinhamento (semanal no primeiro bimestre, depois mensal).

b) Atendimento aos indicadores de desempenho.

c) Regularidade dos relatórios mensais.

d) Regularidade das licenças e autorizações exigidas.

e) Conformidade Normativa e Sustentabilidade: A execução contratual deverá observar boas práticas ambientais, operacionais e de governança, preferencialmente alinhadas à ABNT NBR ISO 20121, bem como às diretrizes ESG e à preservação da Lagoa da Pampulha como patrimônio cultural e turístico. Deverão ser observadas, no que couber: Lei Federal nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança

do Clima; Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; demais normas ambientais, urbanísticas, sanitárias, trabalhistas e de segurança aplicáveis.

A Belotur tem o direito de vistoriar periodicamente, mesmo sem aviso prévio, as instalações e as condições de funcionamento dos equipamentos e serviços turísticos.

6.2 Cronograma e prazos

A contratada deverá iniciar a operação dos passeios de turismo náutico em até 30 (trinta) dias corridos após a data da assinatura do contrato, garantindo a continuidade do serviço após o encerramento do contrato ora vigente com o IBGP."

Até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá indicar responsável técnico com formação superior em Turismo ou área correlata compatível com o objeto, reconhecida pelo MEC, comprovando vínculo profissional e inscrição em conselho competente, quando exigível.

Até 10 (dez) dias corridos da assinatura contratual, a contratada deverá apresentar:

- a) Plano de Operação Inicial contendo: cronograma das ações antes, durante e após a execução dos passeios (obtenção de licenças e autorizações com prazos legais, instalação do pier, plotagem da embarcação, vistorias da Marinha); contratações e treinamento das equipes; escalas e rotinas de atendimento e manutenção; proposta metodológica da operação dos passeios, bilhetagem e monitoramento mensal, Plano de Emergência de Bordo e Plano de Manutenção.
- b) Modelo de gestão adotado para o monitoramento operacional e relatório de desempenho, incluindo sistemas, fluxos operacionais, instrumentos de coleta e questionários, deverá ser apresentado para análise e aprovação da Belotur por meio do Observatório do Turismo e da fiscalização do contrato.
- c) Memorial Descritivo das intervenções no CAT Veveco, pier e áreas de apoio, com layout, planta ou croqui das benfeitorias físicas e funcionais.
- d) Programação visual da embarcação, identidade visual operacional e comunicação ao público.

A Belotur analisará os documentos e poderá solicitar adequações, que deverão ser implementadas em até 10 (dez) dias corridos.

Ao longo da execução contratual a CONTRATADA deverá:

- Operar de maneira regular os passeios náuticos de quinta a domingo e horários especiais conforme demanda da Belotur.
- Realizar reuniões regulares de acompanhamento com a Belotur e emissão de relatórios mensais de monitoramento e desempenho.

- Garantir a conservação, limpeza, manutenção e segurança da embarcação, devendo zelar pela navegabilidade e pelo cumprimento das normas ambientais, de acessibilidade e de segurança náutica.

6.3 Regime de execução do contrato

A presente contratação será estruturada como prestação de serviços contínuos, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur, adotando-se a modalidade de pregão eletrônico, em razão da natureza comum dos serviços a serem contratados.

O modelo de remuneração será baseado em preço certo e previamente definido, a ser pago pela Administração à contratada, mediante medição mensal dos serviços efetivamente executados, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

A comercialização de ingressos dos passeios náuticos regulares será realizada por meio de sistema de bilhetagem operado pela contratada, constituindo-se a respectiva receita como receita pública vinculada à Belotur. Caberá à contratada a gestão operacional do sistema, incluindo a arrecadação, controle e disponibilização das informações, com obrigação de repasse integral dos valores arrecadados à contratante, descontada as taxas de transação, nos prazos e condições definidos contratualmente.

Eventuais receitas decorrentes de atividades acessórias e previamente autorizadas pela Belotur, tais como experiências turísticas complementares, eventos temáticos ou comercialização de produtos vinculados à atividade, não constituirão a base de remuneração principal da contratada, devendo observar os limites e condições estabelecidos pela Administração, bem como os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas previstos contratualmente.

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global, considerando o conjunto dos serviços descritos, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos.

A execução dos serviços não se caracteriza, em qualquer hipótese, transferência da titularidade do serviço público ou delegação de sua exploração econômica à contratada.

Os itens que compõem o objeto são interdependentes e não podem ser executados de forma autônoma. A integração dos serviços em lote único otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, assegura eficácia operacional, consistência nos resultados, garante a uniformidade e a qualidade da experiência turística oferecida ao público.

6.4 Local da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados na Lagoa da Pampulha, no CAT Veveco (Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 855, bairro São Luís, Pampulha, Belo Horizonte/MG), e em demais pontos de apoio a serem definidos pela contratante.

6.5 Possíveis impactos ambientais e tratamentos

As atividades náuticas na Lagoa da Pampulha estão sujeitas a impactos ambientais que devem ser prevenidos e mitigados pela CONTRATADA. O Parecer Técnico n.º 2464/25 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) estabeleceu as seguintes diretrizes para o uso de embarcações com motores a combustíveis fósseis.

6.5.1 Uso de Combustíveis e Manutenção de Motores

As embarcações devem utilizar exclusivamente motores de 4 tempos, que não expellem combustível não queimado na água e têm maior eficiência, menor consumo e menores emissões que os motores de 2 tempos. Os motores devem ser equipados com dispositivos que impeçam qualquer escapamento, emissão ou derramamento de combustível e lubrificante na lagoa. A inspeção e manutenção dos motores devem ser realizadas regularmente, com registro em check-list disponível para fiscalização. Em embarcações com armazenamento de combustíveis e óleos, devem haver bacias ou dispositivos de contenção.

Qualquer derramamento de óleos combustíveis, lubrificantes ou outros poluentes — acidental ou não — deve ser imediatamente comunicado à SMMA, ao Núcleo de Emergências Ambientais (NEA), ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e aos demais órgãos competentes. O combate inicial à poluição hídrica deve ser realizado por empresa devidamente acreditada, contratada ou acionada por meio de seguro contra acidentes ambientais. Os resíduos gerados por vazamentos ou explosões devem ser armazenados em local adequado e destinados a empresas licenciadas, com comprovantes disponíveis para consulta.

A empresa deve elaborar Plano de Contingência e Emergência para acidentes, vazamentos e explosões, contemplando: barreiras e dispositivos de contenção; materiais para absorção do material derramado; planos de limpeza e técnicas para remoção de óleo submerso; cronograma de inspeções e manutenção; e procedimentos de acionamento dos órgãos responsáveis por emergências ambientais. A SMMA e a SMOBI poderão solicitar, futuramente, amostragens de água e sedimento para verificação de parâmetros relacionados a combustíveis fósseis em áreas de tráfego intenso.

6.5.2 Efluentes, Resíduos Sólidos e Ruído

É proibido o lançamento de esgoto na lagoa durante a permanência da embarcação. Embarcações com banheiros devem possuir sistemas de tratamento ou tanques de retenção para descarte posterior em local apropriado. Os motores devem ser dotados de dispositivos que impeçam a geração de ruídos com níveis de pressão sonora acima dos limites estabelecidos na Lei Municipal n.º 9.505/2008, em locais onde há receptores com tempo de permanência elevado. Recomenda-se proibir motores acima de 60 dB em áreas de sensibilidade faunística comprovada, especialmente a menos de 500 metros de ninhais.

As embarcações devem recolher os resíduos sólidos em recipientes adequados e mantê-los tamponados até a retirada de bordo para local licenciado. Não é permitido manter recipientes de

resíduos pendurados pela borda ou acumulados no convés principal onde possam cair na lagoa. A empresa deve instalar e manter placas e avisos na embarcação e em pontos externos estratégicos sobre: proibição de descarte inadequado de resíduos; proibição de atividades com ruídos elevados; e necessidade de respeitar as áreas de conservação e proteção.

6.5.3 Sistemas Antiincrustantes e Água de Lastro

É proibida a utilização, como biocida, de sistemas antiincrustantes que contenham compostos orgânicos de estanho e cibutrina (comercialmente conhecido como irgarol 1051), conforme o Anexo E da NORMAM-401/DPC. As operações de limpeza reativa de casco em água só devem ser realizadas com captura dos resíduos removidos. Os resíduos de tintas e organismos incrustantes devem ser destinados de forma ambientalmente adequada por empresa especializada e licenciada. Toda embarcação deve operar de modo a evitar ao máximo a contaminação do meio ambiente pelo deslastro de água de lastro, atendendo às exigências do Capítulo 2 da NORMAM-401/DPC da Marinha do Brasil, no que for aplicável conforme o porte e categoria da embarcação.

6.5.4 Proteção da Fauna

A Lagoa da Pampulha e seu entorno abrigam ecossistema de relevante diversidade faunística, com fauna aquática (peixes, macroinvertebrados e microrganismos), avifauna, mastofauna e herpetofauna (anfíbios e répteis). Dados de monitoramento do período de 2012 a 2022 registraram mais de 200 espécies, incluindo espécies ameaçadas e populações manejadas de jacarés-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) e capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*).

As atividades náuticas devem respeitar os horários de maior atividade comportamental das espécies, especialmente no início da manhã e no entardecer. As atividades devem ser monitoradas durante o período de nidificação de aves aquáticas (setembro a março) e reprodução de anfíbios. São definidas como áreas de exclusão permanente, onde a navegação é proibida: raio de 300 metros de dragagens ativas e de habitats críticos (bancos de macrófitas e ninhaias, como Ilha dos Amores e Enseada do Zoológico); zonas de desembarque de mamíferos (capivaras próximas ao Parque Ecológico, micostrela na Fundação ZooBotânica); e áreas de maior ocorrência de jacarés-de-papo-amarelo no Parque Ecológico da Pampulha.

O número máximo de usuários por atividade náutica deve ser previamente estabelecido com base em estudos de carga ecológica e nos padrões de distúrbio sonoro, resíduos e movimentação. Sistemas de alerta em tempo real devem ser acionados imediatamente caso se observem comportamentos críticos da fauna — como abandono de áreas por jacarés ou interrupção abrupta da nidificação de aves — decorrentes de ruídos de navegação ou dragagem. Eventuais impactos ambientais constatados serão tratados conforme a legislação ambiental vigente, com definição das medidas reparadoras e sanções por infrações cabíveis.

6.5.5 Espécies Exóticas e Desinfecção de Embarcações

Para evitar a introdução de espécies exóticas ou invasoras no espelho d'água, todas as embarcações introduzidas na Lagoa devem cumprir protocolo de quarentena e desinfecção. O protocolo inclui: remoção de detritos orgânicos do casco, convés, porão e áreas de difícil acesso por escovação ou jateamento, sem uso de produtos químicos agressivos à fauna e flora; enxágue completo com água doce; secagem para evitar proliferação de bactérias e fungos; e inspeção após a secagem. Deve ser definida área reservada para reparo e limpeza de embarcações, e as águas provenientes dessas atividades não podem ser lançadas na Lagoa nem em áreas naturais do entorno. As áreas de navegação e de operação da Lagoa devem ser delimitadas com clareza, com sinalização exposta e barreiras físicas.

A CONTRATADA deverá seguir as orientações e check-list, disponíveis em anexo, sobre práticas internacionais aplicáveis à limpeza e desinfecção de embarcações em ambientes lacustres.

6.5.6 Contaminação Hídrica e Sedimentos

Embarcações com hélices e em velocidades maiores podem ressuspender sedimentos finos, liberando metais e matéria orgânica acumulada no fundo, com impacto na turbidez, oxigenação e transporte de contaminantes. A Lagoa da Pampulha tem histórico de contaminação por metais e poluentes nos sedimentos, e estudos de caracterização poderão ser solicitados para verificação do aumento de contaminantes. É proibido trafegar de modo a gerar ondas ou mudanças locais que causem ou amplifiquem processos erosivos nas margens. A empresa deve realizar a coleta diária de resíduos sólidos nas margens e no espelho d'água e não pode eliminar águas residuais das embarcações na Lagoa. As embarcações com banheiros devem ter equipamento de bombeamento por aspiração para águas residuais e plano de gestão de resíduos sólidos e líquidos. A empresa deve instalar e manter placas de sinalização ambiental em pontos estratégicos informando os limites de velocidade, as áreas de proteção, os locais de reprodução da fauna e outras restrições aplicáveis.

A contratada será responsável por obter e manter todas as licenças ambientais exigíveis.

7. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os servidores descritos abaixo serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do objeto descrito no item 1 deste Termo de Referência, atentando pela qualidade e quantidade, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

O acompanhamento e o gerenciamento do contrato serão exercidos pela Diretoria de Projetos Especiais e Novos Negócios (DPEN) à qual se reportará a CONTRATADA para resolução de quaisquer problemas decorrentes desta contratação.

O gestor e fiscal do contrato acompanharão a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços a serem executados.

Todas as comunicações relativas à contratação serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por ofícios protocolados ou e-mails oficiais, desde que acompanhados de comprovação de recebimento e ciência pelo gestor ou fiscal do contrato.

As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas por escrito ao Gestor ou Fiscal do Contrato no seguinte local/endereço: Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur – Rua dos Carijós, 166, 2º andar, Bairro Centro, CEP 30.120-060, Belo Horizonte, MG, aos cuidados do Sr. Leandro Carlos Moreira.

Gestor do Contrato: Bruno Eduardo Silva Cassimiro

Matrícula: BL00080039-0

Cargo: Vice Presidente

E-mail oficial: bruno.cassimiro@pbh.gov.br

Fiscal do Contrato: Leandro Carlos Moreira

Matrícula: BL00080036-0

Cargo: Diretor de Projetos Especiais e Novos Negócios (DPEN)

E-mail oficial: leandro.carlos@pbh.gov.br

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Para fins de aceitabilidade, a Proposta Comercial do licitante deverá ser apresentada contendo no mínimo o seguinte:

- a) Páginas rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal do fornecedor, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.
- b) Razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico.
- c) Descrição clara e completa dos serviços, conforme o objeto deste Termo de Referência.
- d) Valores mensais e valores totais dos itens, além do valor global da prestação do serviço.
- e) Os valores mensais e totais devem ser apresentados em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo duas casas decimais.
- f) No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outros ônus que possam recair sobre o objeto da contratação, os quais ficarão a cargo exclusivo do licitante.
- g) Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da assinatura.
- h) Prazo de pagamento: em até 30 dias do atestamento definitivo da despesa.
- i) Prazo de garantia técnica dos serviços e bens aplicáveis, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

A proposta será desclassificada quando não atender às especificações, prazos e condições definidos no Edital, apresentar vícios insanáveis, apresentar preço baseado em outras propostas, ou apresentar valor incompatível com o estimado pela Belotur.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

- a) Obter e manter atualizados todos os licenciamentos necessários à operação.
- b) Garantir a segurança dos passageiros e o cumprimento integral das normas e padrões de segurança, acessibilidade e qualidade a bordo e em terra conforme as normativas da Marinha.
- c) Fornecer relatórios mensais de desempenho operacional e financeiro conforme especificado no item 1.6.
- d) Contribuir para a manutenção do CAT Veveco, os locais de apoio à operação e a embarcação nos mesmos estados de conservação encontrados.
- e) Realizar as manutenções preventivas diárias e semanais necessárias para o funcionamento da embarcação.
- f) Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- g) Executar o serviço de acordo com o objeto contratado.
- h) Executar o objeto atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, vedada a cessão ou transferência, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações dele decorrentes.
- i) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto.
- j) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, facultando-se à Belotur o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.
- k) Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da contratante.
- l) Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, trabalho infantil nem trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.
- m) Conhecer e cumprir as normas da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), abstendo-se de cometer atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na Belotur.
- n) Comparecer às reuniões realizadas com a Belotur quando convocado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Belotur obriga-se a:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados.
- b) Apoiar institucionalmente o projeto.
- c) Utilizar os dados gerados para planejamento estratégico.
- d) Disponibilizar o espaço físico do CAT Veveco.
- e) Vistoriar periodicamente as instalações.
- f) Apoiar a contratada na divulgação dos serviços turísticos.
- g) Preparar e instruir para pagamento das faturas apresentadas e remetê-las ao setor competente.
- h) Efetuar o pagamento do contrato efetuando as devidas retenções legais.
- i) Aplicar atualização monetária de 0,02% ao dia em caso de atraso no pagamento, conforme condições estabelecidas no contrato.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de início da operação dos passeios de turismo náutico.

O contrato poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, por acordo entre as partes, respeitados os limites do art. 71 Lei Federal nº 13.303/2016, desde que a medida seja vantajosa para a Belotur e atendidas as regras do seu Regulamento de Licitações e Contratos, e caso a concessão integrada da Pampulha não tenha sido adjudicada e iniciada.

Em caso de início da operação pela futura concessionária, a Belotur poderá rescindir o contrato com aviso prévio de 90 (noventa) dias, sem ônus indenizatório ao contratado.

Em caso de eventual renovação do contrato, o valor relativo ao item 1.4 do objeto de contratação, não será contemplado no novo período.

12. GARANTIA CONTRATUAL

Exigir-se-á da contratada a prestação de garantia para a execução do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total a ser estabelecido no contrato. Em caso de falhas, interrupções ou descumprimentos contratuais, a contratada deve sanar as irregularidades no prazo máximo de 72 horas após a notificação formal da Belotur.

A garantia contratual deverá ser recolhida previamente à assinatura do instrumento contratual.

Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto na circular SUSEP n.º 214/2002, em seu art. 3º, inciso I.

A garantia na forma de fiança bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

A Belotur se utilizará de pleno direito, total ou parcialmente da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas durante a execução do contrato.

Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada obrigará-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data em que for notificada.

A garantia somente será liberada ou restituída após a integral execução do contrato, desde que não haja pendência de reclamação a ela relativa, hipótese em que ficará retida até solução final.

13. FORMA DE APURAÇÃO E CONTROLE

O controle da execução dos serviços será realizado por meio dos seguintes instrumentos:

- a) Entrega e operação integral dos documentos pactuados: Plano de Operação Inicial, Plano de Emergência de Bordo e Plano de Manutenção, Memorial Descritivo das intervenções, programação visual da embarcação, Modelo de gestão adotado para o monitoramento operacional e relatório de desempenho, canais oficiais de comunicação.
- b) Acompanhamento dos indicadores de desempenho (taxa de ocupação, volume de vendas, receita gerada, índice de satisfação do usuário, pontualidade das operações, número de ocorrências, tempo de resposta a demandas operacionais).
- c) Análise dos relatórios mensais apresentados pela contratada, conforme especificado no item 1.6.
- d) Verificação da regularidade das licenças e autorizações exigidas.
- e) Vistorias periódicas, inclusive sem aviso prévio, nas instalações e nas condições de funcionamento dos equipamentos e serviços.

A Belotur poderá reter ou suspender pagamentos até a regularização das irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da contratada e a sujeitará à aplicação das normas contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur, na Lei Federal nº 13.303/2016, nos Decretos Municipais nº 16.954/2018, 17.317/2020, 18.096/2022 e demais normas aplicáveis.

A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Dar causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida.
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;

- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Os valores de eventuais multas moratórias ou compensatórias terão como referência os percentuais previstos no Decreto 18.896/2022, e as demais sanções serão norteadas pelo referido decreto.

A aplicação de sanção administrativa será precedida de processo administrativo sancionador que obedecerá aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade e supremacia do interesse público.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Os itens que compõem o objeto são interdependentes e não podem ser executados de forma autônoma. A subcontratação parcial é permitida mediante aprovação prévia da Belotur, para as atividades instrumentais e acessórias. A contratada principal permanece integralmente responsável pela perfeita execução contratual, devendo supervisionar e coordenar as atividades do subcontratado

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Belotur ou com agente público envolvido na contratação, fiscalização ou gestão do contrato.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será mensal condicionado à comprovação efetiva da prestação dos serviços e à aprovação dos relatórios técnicos pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal devidamente atestado.

A contratada deverá emitir documento fiscal de acordo com a legislação vigente, contendo a discriminação do objeto e o período da prestação do serviço.

O documento fiscal deverá ser encaminhado ao gestor ou fiscal do contrato, que atestará a despesa e enviará ao setor competente para pagamento, juntamente com o Relatório de Desempenho do Fornecedor.

Se houver incorreção no documento fiscal ou na documentação que o acompanha, os documentos serão devolvidos para correção, e o prazo de pagamento será contado a partir do atestado do documento fiscal corrigido, não cabendo acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

A realização de eventos temáticos, oferta de produtos ou serviços acessórios será admitida apenas de forma complementar ao objeto principal, mediante prévia autorização da Belotur, observadas as

diretrizes institucionais, o interesse público e a legislação aplicável. Tais receitas não constituirão a base de remuneração principal da contratada, devendo observar os limites e condições estabelecidos pela Administração, bem como os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas previstos contratualmente.

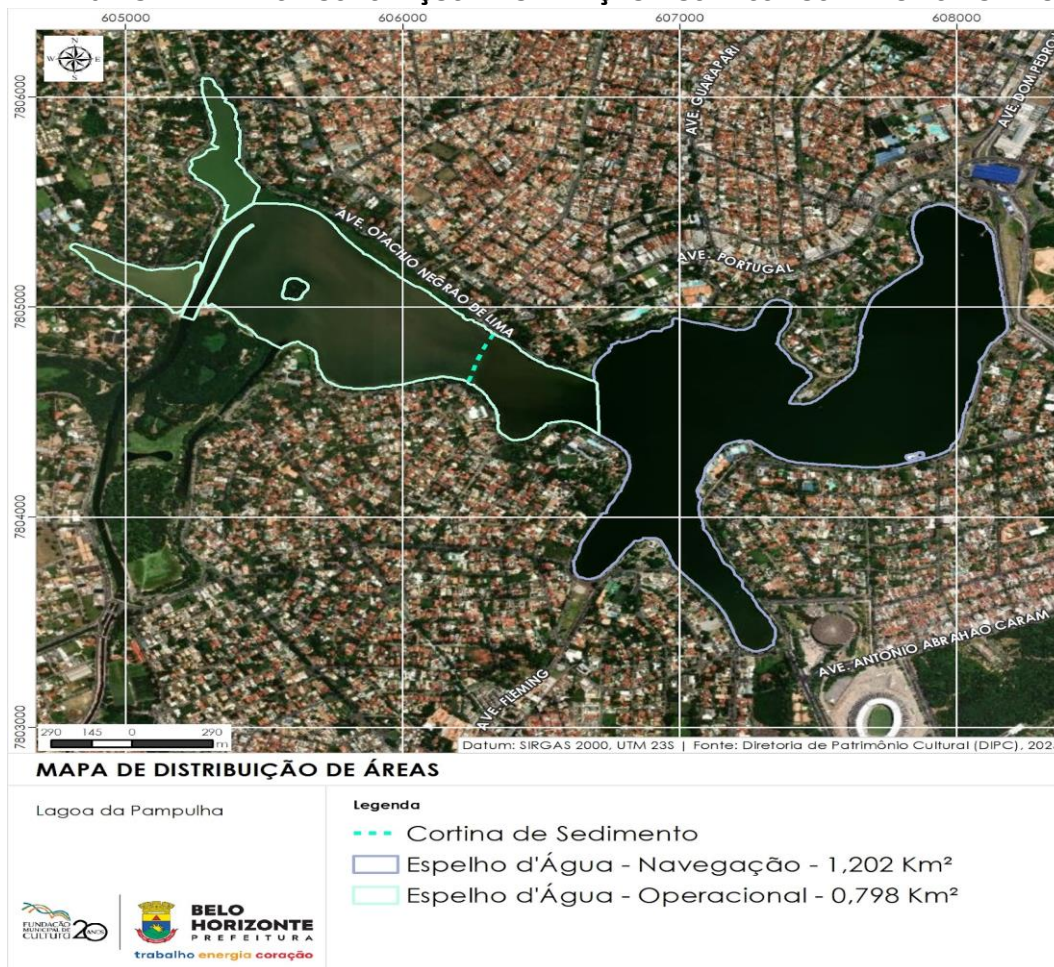
A comercialização de ingressos dos passeios náuticos regulares será realizada por meio do sistema de bilhetagem operado pela contratada, constituindo-se a respectiva receita como receita pública vinculada à Belotur. Caberá à contratada a gestão operacional do sistema, incluindo a arrecadação, controle e disponibilização das informações, com obrigação de repasse integral dos valores arrecadados à contratante, descontada as taxas de transação, nos prazos e condições definidos contratualmente.

A execução dos serviços não se caracteriza como transferência da titularidade do serviço público ou delegação de sua exploração econômica à contratada.

Os casos omissos serão resolvidos pela Belotur, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur e do contrato a ser celebrado.

ANEXO II

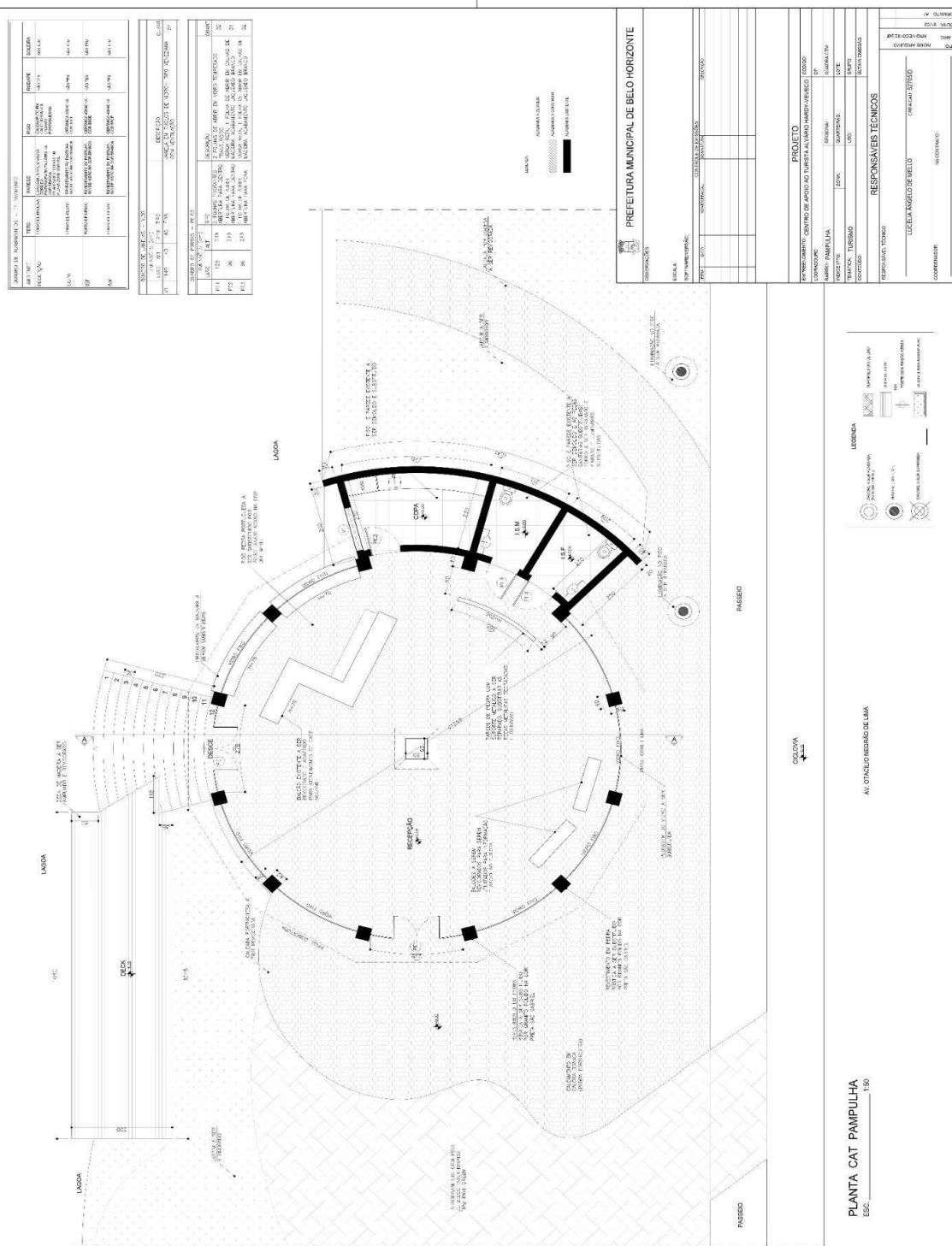
TRAJETO E PLANTAS DOS ESPAÇOS DE OPERAÇÃO DOS PASSEIOS DE TURISMO NÁUTICO

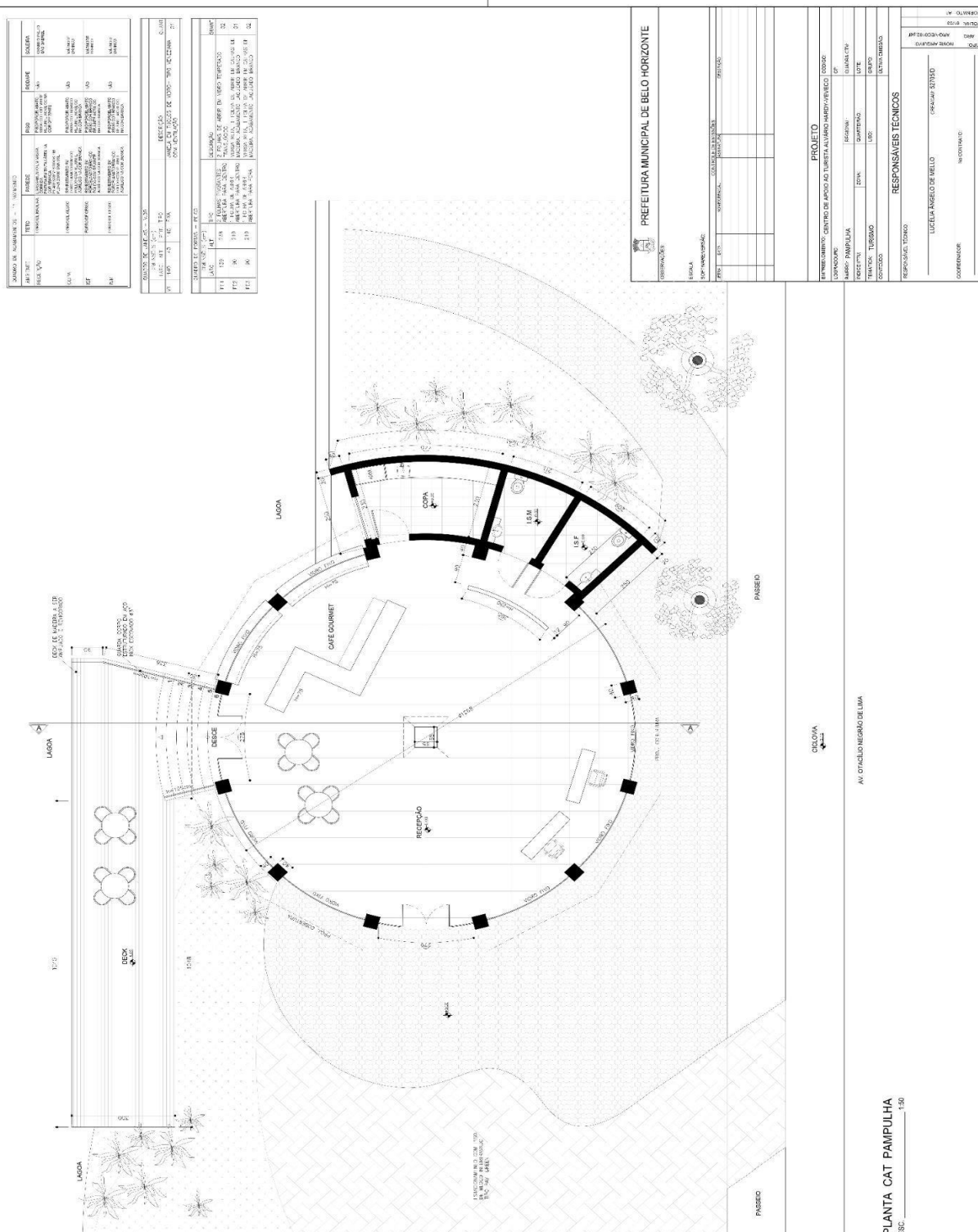


TRAJETO DA EMBARCAÇÃO:

O embarque e desembarque dos passageiros será realizado no CAT - Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy. A embarcação deverá partir no sentido da barragem da Lagoa, passando ao lado da Casa do Baile, Praça Dalva Simão, Praça de Iemanjá / Portal da Memória e Estátua de Iemanjá. Deverá seguir até as proximidades da barragem, resguardando o afastamento de 40 metros por medida de segurança do vertedouro. Neste ponto a embarcação retorna no sentido da Ilha dos Amores. Segue na margem próxima do Museu de Arte da Pampulha até próximo da península do Hotel e da cortina de sedimentos, que limitam a área apta à prática do turismo náutico e a área operacional da Lagoa. Neste ponto a embarcação deverá seguir a cortina até a margem oposta. Volta a se dirigir no sentido da barragem, contornando a orla em distância segura. Passa pelo Mirante Bandeirantes, Museu Casa Kubitschek, enseada do Córrego Tejuco que dá vistas para a Praça Geralda DaMata Pimentel, passando em frente ao Santuário São Francisco de Assis. Segue no sentido da enseada do Córrego Mergulhão até próximo do Parque Guanabara. Neste ponto deve iniciar retorno se dirigindo no sentido do Mirante São Luiz, passando pela frente do Iate Tênis Clube e retornando ao CAT Álvaro Hardy para finalização da visita e desembarque dos passageiros. Todo o trajeto deve ser executado guardando-se distância de segurança de 10 metros dos monumentos e das margens da Lagoa.

CAT VEVECO:





ANEXO III - LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS EMBARCAÇÕES

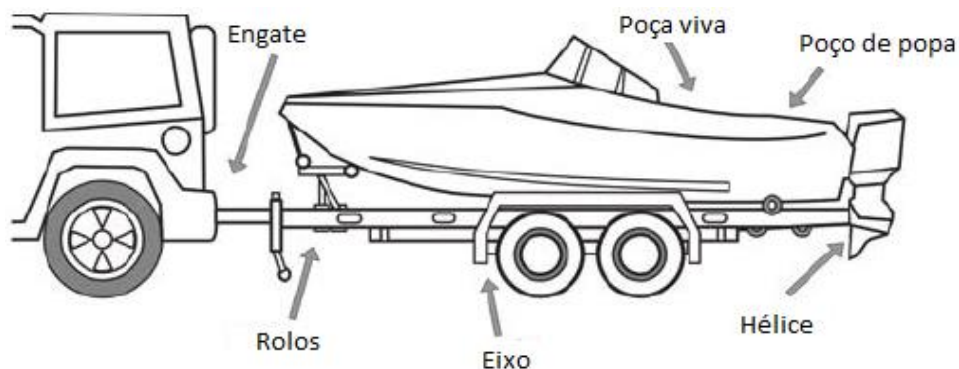
Considerando que:

1. Plantas exóticas e animais selvagens que se fixam em embarcações e reboques, como algas, microrganismos e mexilhões, podem ser introduzidos acidentalmente em outros cursos d'água. Uma vez introduzidos, plantas e animais invasores são difíceis e onerosos de controlar e erradicar.
2. Espécies exóticas contribuem para a degradação da qualidade da água e afetam animais selvagens nativos, podendo causar desequilíbrios ecológicos, perda de biodiversidade, vetorização de doenças e comprometimento das estruturas do barramento.
3. Existem Sistemas Antiincrustantes Danosos ao meio ambiente e à saúde humana, os quais possuem compostos orgânicos de estanho e/ou cibuquina, comercialmente conhecido como irgarol 1051, como biocida.
4. Muitos produtos usados para lavar cascos e conveses contêm ingredientes como cloro, fosfatos e amônia, que são tóxicos para os peixes e prejudiciais ao meio ambiente.

Diretrizes para limpeza e desinfecção das embarcações

1. Evite cortar a vegetação do ambiente aquático com a hélice do seu barco.
2. Retire seu barco da água e limpe-o em um local onde detritos e produtos químicos possam ser manipulados e descartados de forma adequada.
3. Antes de transferir a embarcação para outro corpo d'água, remova todos os fragmentos de resíduos e plantas de reboques, hélices, poços de isca, equipamentos de pesca, equipamentos de mergulho e outros equipamentos para descarte adequado e/ou em terras altas.
4. Para limpezas periódicas próximas ou sobre o corpo d'água, use produtos de limpeza atóxicos com certificação de terceiros que tenham sido testados quanto à toxicidade e impactos ambientais. Evite aqueles que contenham amônia, soda cáustica, hipoclorito de sódio, cloro ou derivados de petróleo. Utilize somente produtos biodegradáveis e sem fosfato.
5. Inspeção todas as superfícies expostas. Obs: Mexilhões pequenos têm textura de lixa ao toque.
6. Lave os sistemas de resfriamento de água bruta e limpe os filtros de mar antes de lançar barcos rebocados ou motorizados de outros ambientes aquáticos.
7. Drene toda a água empoeada sobre piso e convés, e seque todas as superfícies.
8. Drene as águas de lastro e seque o compartimento, assim como toda a unidade externa inferior (casco). Porões e poços devem ser esvaziados e tratados para remoção de larvas e esporos.
9. Limpe e seque todos os viveiros.
10. Esvazie e seque todos os baldes e recipientes usados na rotina da embarcação.
11. Aguarde 5 dias em clima quente e seco e até 30 dias em clima frio e úmido entre os lançamentos em diferentes águas doces.
12. Atente para o Capítulo 2 – Gestão da Água de Lastro e Capítulo 3 – Sistemas Antiincrustantes Danosos da NORMAM-20 e NORMAM-401.
13. Além de componentes do barco, os itens do reboque que eventualmente acessem as rampas de embarque também devem ser alvos de limpeza e desinfecção a fim de evitar a disseminação de microrganismos indesejáveis.

MINUTA EDITAL E ANEXOS



Check-list para componentes alvos de inspeção e limpeza:

| Item | Observações | Ações |
|---------------------|-------------|-------|
| Âncora | | |
| Eixo | | |
| Baldes/Recipientes | | |
| Beliches | | |
| Linha de Proa | | |
| Linhas/espias/boças | | |
| Piso | | |
| Casco | | |
| Tubo de Admissão | | |
| Escada | | |
| Rede de pouso | | |
| Placa | | |
| Motor | | |
| Rodas | | |
| Poço de Apoio | | |
| Luzes e Fiação | | |
| Rolos | | |
| Hélice | | |
| Pneu Estepe | | |
| Cabo de Reboque | | |
| Reboque | | |
| Transdutor | | |
| Poço de Popa | | |

Fontes:

- Clean Boating Habits (www.dbw.ca.gov) – California Department of Boating and Watersways (2000)

- Sea Grant Pennsylvania - Clean Boating Tips (2003)

Rhode Island Sea Grant: <http://seagrants.gso.uri.edu/factsheets/>

Minnesota Sea Grant: <http://www.seagrants.umn.edu/exotics/fieldguide>.

- University of California Cooperative Extension-Sea Grant Extension Program, San Diego, CA (2007)

- Clean Boater Habits (2020) (<https://floridadep.gov/rcp/cva/content/clean-boater-program>)

ANEXO IV - PLANILHA DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS - PREÇO MEDIO DE REFERENCIA

| Item | Descrição | Especificação | Unid. | Qty. | Valor Mensal (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|---|--|-------|------|--------------------|-------------------|
| 1 | Operação de passeios de turismo náutico em embarcação com tripulação. | <p>Operação regular de quinta a domingo, passeio mínimo de 60 minutos. Rota fixa que contempla todos os monumentos do Conjunto Moderno da Pampulha (Core Zone UNESCO). Embarcação tipo catamarã, trimarã ou fundo chato, capacidade mínima de 50 passageiros sentados, calado máximo 1,0 m, motor a diesel marítimo de 4 tempos, banheiro acessível, cobertura com visibilidade, GPS, equipamentos de salvatagem NORMAM, sistema de som e comunicação. Tripulação habilitada conforme Capitania Fluvial (CTS). Plotagem com identidade visual da PBH.</p> <p>Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias.</p> | Mês | 12 | 293.000,00 | 3.516.000,00 |
| 2 | Receptivo com operação no Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy - CAT Veveco. | <p>Operação do Centro de Atendimento ao Turista Álvaro Hardy (CAT Veveco) de quinta a domingo, inclusive feriados. Equipe adequada para atendimento ao turista, venda e validação de ingressos, conferência de documentação (meia-entrada, gratuidade), controle de filas e lista de espera, recepção de PCD e idosos, condução ao embarque, orientação em cancelamentos. Marca nominativa do CAT deve ser preservada; vedada associação da marca da contratada. Espaço físico disponibilizado pela Belotur (Av. Otacílio Negrão de Lima, 855).</p> <p>Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias.</p> | Mês | 12 | 55.178,93 | 662.147,20 |
| 3 | Atendimento com Guia de Turismo. | <p>Presença obrigatória de Guia de Turismo em todos os passeios. Profissional com registro ativo no CADASTUR, categoria Guia Regional em Minas Gerais. Atendimento bilíngue (Português/Inglês ou Português/Espanhol) quando demandado. Atribuições: recepção pré-embarque, instruções de segurança, guiamento a bordo com conteúdo histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e patrimonial (UNESCO). Participação em treinamentos e capacitações promovidos pela Belotur.</p> <p>Considerando 4 dias por semana (quinta a domingo) x 52 semanas = 208 diárias.</p> | Mês | 12 | 18.451,86 | 221.422,32 |

| | | | | | | |
|--------------|---|---|---------------------|----|-----------|---------------------|
| 4 | Pier para embarque e desembarque. | Implantação, operação, manutenção e retirada de uma estrutura de embarque/desembarque no CAT Veveco. Projeto técnico com ART/RRT, observando legislação urbanística, ambiental e patrimonial (SMPU, IPHAN, IEPHA-MG). Estrutura acessível (flutuante ou fixa), largura mínima 2,5 m, carga mínima 300 kg/m², superfície antiderrapante. Materiais preferenciais: madeira ou PEAD. Sistema de ancoragem com defensas e corrimãos. | Estrutura instalada | 1 | 190.000 | 190.000 |
| 5 | Sistema de bilhetagem e controle de acesso. | Implantação, operação e manutenção de sistema digital integrado para venda e gestão de ingressos, com canais online (web e dispositivos móveis) e presencial. Múltiplos meios de pagamento (cartão crédito/débito, Pix). Validação eletrônica no embarque (leitura digital). Gerenciamento de capacidade por viagem, bloqueio automático, lista de espera. Rastreabilidade total das transações. Relatórios gerenciais e financeiros em tempo real, dados em formato aberto. Segurança da informação, conformidade com LGPD, suporte técnico contínuo. Fornecimento de equipamentos de leitura e infraestrutura necessária. | Mês | 12 | 37.441,86 | 449.302,36 |
| 6 | Monitoramento operacional e elaboração de relatórios de desempenho. | Registro sistemático e padronizado de dados operacionais, comerciais e institucionais. Relatórios mensais com: registro fotográfico, indicadores de desempenho (taxa de ocupação, volume de vendas, receita, satisfação do usuário, pontualidade, ocorrências), análise de execução, discriminação de receitas por tipo de serviço, ocupação por viagem, caracterização do público (origem, faixa etária, renda, etc.), resultados de pesquisas de satisfação, clipagem de mídia espontânea, registro de tratativas com órgãos de patrimônio (IPHAN, IEPHA-MG, DIPC), relatório conclusivo ao final do contrato. Base de dados acessível à Belotur em tempo real. Formato digital editável e PDF. | Mês | 12 | 20.848,53 | 250.182,32 |
| TOTAL | | | | | | 5.289.054,20 |

ANEXO V MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Objeto: Prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva.

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail) para contato:

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE /MESES | VALOR MENSAL | VALOR GLOBAL/ TOTAL ANUAL |
|-------------------------------|-----------|----------------------|--------------|------------------------------|
| 01 | | 12 | R\$ | R\$ |
| VALOR GLOBAL | | | | |
| reais e centavos. | | | | |

Junto à Proposta de Preço o licitante deverá apresentar também, sob pena de desclassificação:

- 1) Planilha de estruturas e serviços, discriminando o preço unitário e total dos itens
- 2) Declaração de Elaboração Independente de Proposta – Anexo XI deste edital.

Declarações:

1. Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do edital e seus anexos, nos termos do que dispõe o art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
2. Declaramos que temos ciência de todas as condições, especificações e exigências constantes no Edital e seus anexos e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, cientes da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência posterior;
3. Declaramos que no preço proposto encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

(local e data)

(Inserir nome e assinatura do representante legal do proponente)

ANEXO VI - Declaração de Elaboração Independente de Proposta

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____.

(Assinatura e identificação completa do representante legal da empresa licitante, no âmbito da licitação)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO (MENOR)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026
Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

À Comissão de Licitação da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A – BELOTUR

[Razão Social do participante], CNPJ nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1) Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988.

2) Não adota relação trabalhista caracterizando trabalho forçado ou análogo a trabalho escravo, nos termos dispostos nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal, nas Leis Federais nº 10.803/2003, nº 9.777/1998, e Lei Complementar Federal nº 75/1993.

3) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO VIII – MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – BELOTUR

A **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR**, com sede na Rua Espírito Santo, 527, 4º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-031, inscrita no CNPJ sob o nº 21.835.111/0001-98, neste ato representada por seus Diretores *in fine*, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, estabelecida no endereço _____, CEP: _____, CNPJ nº _____, representada por _____, CPF nº _____, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 011/2025, Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026 em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e 14.133/2021, Lei Municipal nº 10.936/2016, dos Decretos Municipais nº 18.324/2023, 18.096/2022 e 10.710/2001, observadas ainda as demais normas legais atinentes à espécie.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, no período de 12 meses, conforme condições estabelecidas no edital de PE 005/2026 e seus anexos.
- 1.2. Integram o presente contrato para todos os fins, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:
 - a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026 e todos os seus anexos;
 - b) Proposta comercial da contratada e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:
2805.1100.23.695.319.2.914.0007.339039.99.1.500.000 reduzido 28050070

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

- 3.1. O presente contrato tem o valor global total de R\$ _____ (_____), a serem pagos conforme forma de pagamento descritos na cláusula quarta deste contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será mensal condicionado à comprovação efetiva da prestação dos serviços e à aprovação dos relatórios técnicos pelo Gestor e Fiscal do Contrato.
- 4.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal devidamente atestado.
- 4.3. A contratada deverá emitir documento fiscal de acordo com a legislação vigente, contendo a discriminação do objeto e o período da prestação do serviço. O documento fiscal deverá ser encaminhado ao gestor ou fiscal do contrato, que atestará a despesa e enviará ao setor competente para pagamento, juntamente com o Relatório de Desempenho do Fornecedor.
- 4.4. Se houver incorreção no documento fiscal ou na documentação que o acompanha, os documentos serão devolvidos para correção, e o prazo de pagamento será contado a partir do atestado do documento fiscal corrigido, não cabendo acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios.

5. CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de início da operação dos passeios de turismo náutico.
- 5.2. O contrato poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, por acordo entre as partes, respeitados os limites do art. 71 Lei Federal nº 13.303/2016, desde que a medida seja vantajosa para a Belotur e atendidas as regras do seu Regulamento de Licitações e Contratos, e caso a concessão integrada da Pampulha não tenha sido adjudicada e iniciada.
- 5.3. Em caso de eventual renovação do contrato, o valor relativo ao item 2.5 do edital “Pier para embarque e desembarque”, não será contemplado no novo período.

6. CLÁUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 6.1. As informações referentes à prestação dos serviços, objeto deste contrato, ocorrerão de acordo com as condições e detalhamento apresentado no Termo de Referência e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.
- 6.2. Deverão ser observadas todas as disposições contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.
- 6.3. Em caso de descumprimento de quaisquer condições, a empresa faltosa fica sujeita às sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.
- 6.4. Em caso de irregularidades ou caso o serviço esteja fora dos padrões e especificações determinados, a BELOTUR solicitará a imediata regularização. O atraso na substituição ou regularização acarretará a suspensão dos pagamentos pendentes além da aplicação das penalidades previstas neste edital e no contrato.
- 6.5. O detalhamento dos itens e seus quantitativos, que compõem o objeto deste contrato, encontram-se elencados no Termo de Referência, planilha de estruturas e serviços e anexos ao edital de PE 005/2026.
- 6.6. Todo o fornecimento de serviço que demande a exigência de cadastro e/ou registro junto aos órgãos competentes deverão seguir e fazer cumprir todo o regramento aplicável, quando da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Sem prejuízo de quaisquer outras obrigações constantes do edital de PE005/2026 e seus anexos, são ainda obrigações da Contratada:
 - 7.1.1. Obter e manter atualizados todos os licenciamentos necessários à operação.
 - 7.1.2. Garantir a segurança dos passageiros e o cumprimento integral das normas e padrões de segurança, acessibilidade e qualidade a bordo e em terra conforme as normativas da Marinha.
 - 7.1.3. Fornecer relatórios mensais de desempenho operacional e financeiro conforme especificado no item 1.6 do termo de referencia.
 - 7.1.4. Contribuir para a manutenção do CAT Veveco, os locais de apoio à operação e a embarcação nos mesmos estados de conservação encontrados.
 - 7.1.5. Realizar as manutenções preventivas diárias e semanais necessárias para o funcionamento da embarcação.
 - 7.1.6. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
 - 7.1.7. Executar o serviço de acordo com o objeto contratado.
 - 7.1.8. Executar o objeto atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, vedada a cessão ou transferência, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações dele decorrentes.
 - 7.1.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários,

taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto.

- 7.1.10.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, facultando-se à Belotur o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.
- 7.1.11.** Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da contratante.
- 7.1.12.** Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, trabalho infantil nem trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.
- 7.1.13.** Conhecer e cumprir as normas da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), abstendo-se de cometer atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na Belotur.
- 7.1.14.** Comparecer às reuniões realizadas com a Belotur quando convocado

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. . Sem prejuízo de quaisquer outras obrigações constantes do edital de PE005/2026 e seus anexos, são ainda obrigações da Contratante:

- 8.1.1.** Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados.
- 8.1.2.** Apoiar institucionalmente o projeto.
- 8.1.3.** Utilizar os dados gerados para planejamento estratégico.
- 8.1.4.** Disponibilizar o espaço físico do CAT Veveco.
- 8.1.5.** Vistoriar periodicamente as instalações.
- 8.1.6.** Apoiar a contratada na divulgação dos serviços turísticos.
- 8.1.7.** Preparar e instruir para pagamento das faturas apresentadas e remetê-las ao setor competente.
- 8.1.8.** Efetuar o pagamento do contrato efetuando as devidas retenções legais.
- 8.1.9.** Aplicar atualização monetária de 0,02% ao dia em caso de atraso no pagamento, conforme condições estabelecidas no contrato

9. CLÁUSULA NONA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Regime de execução é EMPREITADA por preço global

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da empresa licitante, e o sujeitará à aplicação das normas contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, na Lei Federal nº 13.303/2016, na Lei Federal 14.133/2021; no Decreto Municipal nº 18.096/2022 e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. Na execução do presente contrato é vedado à BELOTUR e à CONTRATADA/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei/ edital;
- d) Alegar o desconhecimento e/ou descumprir as regras previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 e no Decreto Municipal nº 16.954/2018, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE.
- e) Manipular ou fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 16.954/2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 12.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 12.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 12.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 12.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.6. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 12.7. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 12.8. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 12.9. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 12.10. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de

vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

- 12.11.** A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 12.12.** A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 12.13.** A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE, para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 12.14.** O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 12.15.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e consequente sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.
- 12.16.** A licitante arrematante fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 13.1.** O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.
- 13.2.** O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de a CONTRATADA:
- a) Infringir quaisquer das cláusulas ou condições;
 - b) Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
 - c) Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
 - d) Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
 - e) Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 02 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata à CONTRATANTE;
 - f) Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
 - g) Ser declarada inidônea e/ou suspensão e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - h) Associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;

i) Demais hipóteses previstas na legislação.

13.3. A rescisão do contrato poderá ser ainda:

- I. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- II. Judicial, nos termos da legislação.

13.4. Em caso de início da operação pela futura concessionária, a Belotur poderá rescindir o contrato com aviso prévio de 90 (noventa) dias, sem ônus indenizatório ao contratado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: RECOMENDAÇÕES REFERENTES À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. Recomenda-se que a empresa vencedora do certame se oriente pelas informações constantes abaixo e na norma brasileira “ABNT NBR ISO 20121 – Sistemas de gestão para sustentabilidade de eventos – Requisitos com orientações de uso”.

14.2. Primar pelo desenvolvimento sustentável sob os seguintes aspectos:

- a) Aspectos ambientais – utilização de recursos, escolha de materiais, conservação de recursos, redução das emissões, preservação da biodiversidade e da natureza, emissão de poluentes no solo, na água e no ar;
- b) Aspectos sociais – normas de trabalho, saúde e segurança, liberdades civis, justiça social, comunidade local, questões culturais, acessibilidade, equidade, patrimônio e sensibilidades regionais;
- c) Aspectos econômicos – retorno sobre o investimento, economia local, capacidade do mercado, valor das partes interessadas, inovação, impacto econômico direto e indireto, presença de mercado, desempenho econômico, risco, comércio justo.

14.3. Primar pela qualidade dos itens fornecidos e manter critérios de qualificação de fornecedores/terceiros, levando em consideração também as ações ambientais por estes realizadas.

14.4. Utilizar e fornecer preferencialmente produtos que causem menor impacto negativo ao ambiente.

14.5. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos.

14.6. Evitar desperdício.

14.7. Fazer uso racional de água e energia e adotar controles de nível de ruído e de poluição.

14.8. Adotar práticas de melhor aproveitamento dos alimentos e reduzir a produção de resíduos alimentares.

14.9. Adotar critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, privilegiando produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.

14.10. Assegurar que os sistemas adotados na gestão dos eventos possam alcançar os resultados pretendidos, prevenir ou reduzir os efeitos indesejáveis e alcançar a melhoria contínua de forma a:

- a) Minimizar os impactos negativos de produtos e/ou serviços (por exemplo, impactos sobre a saúde, qualidade do ar, geração de resíduos perigosos);
- b) Minimizar a demanda por recursos (por exemplo: utilizando produtos com recursos eficientes, como aparelhos com energia mais eficiente, veículos com combustível mais eficiente e produtos que incorporam conteúdo reciclado);
- c) Minimizar os impactos negativos da própria cadeia produtiva, em particular os aspectos sociais (por exemplo, dando preferência a fornecedores locais, projetos de inclusão e organizações que atendam padrões mínimos éticos, de direitos humanos e de emprego, incluindo oportunidades iguais);

d) Assegurar que os termos de contratos sejam justos, aplicados e respeitados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 15.1.** Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:
- 15.2.** O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.
- 15.3.** O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
- 15.4.** O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.5.** O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 15.6.** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.7.** O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:
- I – antes da assinatura do contrato e/ou da celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;
- II - a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.
- 15.8.** A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.
- 15.9.** O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.
- 15.10.** Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: – DO REAJUSTE

- 16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado da data da assinatura do contrato.
- 16.2.** Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 16.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 16.4.** O reajuste será formalizado por apostilamento, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

- 16.5.** Permanecem assegurados à contratada e à Administração o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação dos pressupostos legais

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.** A realização de eventos temáticos, oferta de produtos ou serviços acessórios será admitida apenas de forma complementar ao objeto principal, mediante prévia autorização da Belotur, observadas as diretrizes institucionais, o interesse público e a legislação aplicável.
- 17.2.** A comercialização de ingressos dos passeios náuticos regulares será realizada por meio do sistema de bilhetagem operado pela contratada, constituindo-se a respectiva receita como receita pública vinculada à Belotur. Caberá à contratada a gestão operacional do sistema, incluindo a arrecadação, controle e disponibilização das informações, com obrigação de repasse integral dos valores arrecadados à contratante, descontada as taxas de transação, nos prazos e condições definidos contratualmente.
- 17.3.** A execução dos serviços não se caracteriza como transferência da titularidade do serviço público ou delegação de sua exploração econômica à contratada.
- 17.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela Belotur, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur e do contrato a ser celebrado.

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda(s) do presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2026.

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

1) 2)

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE QUE TRATA A EMENDA Nº 23 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE**

(A ser apresentada quando da assinatura do Contrato)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 31.00830121/2025-81 – 66799/GLICO-BL/2025

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima, não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município, os trabalhadores da empresa SIGNATÁRIA DETENTORA, declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

(Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º))

_____, _____ de _____ de _____

Nome da empresa licitante

Assinatura do Representante Legal da Licitante, com Identificação Completa (Nome completo, CPF e Assinatura).

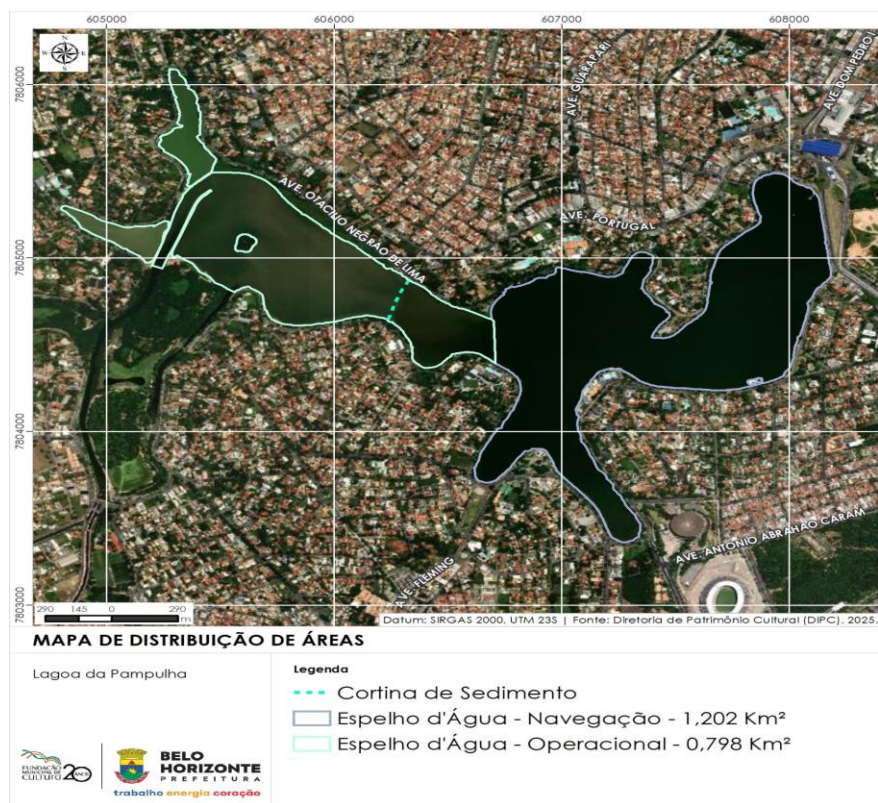
ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO - CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DA CORTINA DE SEDIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

Objeto: Prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na Av./Rua, nº, bairro, na cidade de, telefone, e-mail, para fins do previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº, por seu representante legal infra-assinado, declara que tem ciência da existência da cortina de sedimentos localizada em ponto indicado no mapa abaixo e que tomará os cuidados necessários para não provocar o seu rompimento.



Mapa da localização da cortina de sedimentos.

Para operações complexas de manutenção, a contratada poderá solicitar acesso ao ponto de apoio da

PBH localizado no Parque Ecológico, sendo necessário a passagem da embarcação pela referida cortina de sedimentos. A empresa declara que assume o compromisso de observar rigorosamente o limite máximo de calado de 1 (um) metro, bem como adotar todos os cuidados necessários para evitar o rompimento da cortina de sedimentos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do seu descumprimento.

Por fim, a proponente declara que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local e das obrigações contratuais, não podendo alegar, em hipótese alguma, desconhecimento, dúvidas ou esquecimentos acerca das condições existentes ou das exigências operacionais relacionadas à cortina de sedimentos, assumindo integralmente os ônus decorrentes da execução dos serviços.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

(assinatura e carimbo)

Nome / Cargo do Responsável Técnico da Empresa

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

Objeto: Prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva

Atestamos, para fins do previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº que o Sr (a), CI nº, CPF nº, representante da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na Av./Rua, nº, bairro, na cidade de, telefone, e-mail, realizou visita técnica e tomou conhecimento integral das condições físicas, operacionais e logísticas dos locais de execução contratual, especialmente CAT Veveco, pier, áreas de embarque/desembarque e estruturas de apoio.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

(assinatura e carimbo)

Nome / Cargo do Responsável Técnico da Empresa

ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026

Processo Administrativo: 31.00488938/2026-26 – 67010/DPEN-BL/2026

Objeto: Prestação de serviços para execução de passeios de turismo náutico na Lagoa da Pampulha, Patrimônio Mundial da UNESCO, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no contexto da política pública municipal de promoção do turismo conduzida pela Belotur no âmbito do Projeto Transformador Pampulha Viva

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida na Av./Rua, nº, bairro, na cidade de, telefone, e-mail, para fins do previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº, declara que possui pleno conhecimento das condições locais e das condições e peculiaridades de realização do serviço, assumindo integral responsabilidade por todas as consequências deste ato, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, assumindo os ônus dos serviços decorrentes.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

(assinatura e carimbo)

Nome / Cargo do Responsável Técnico da Empresa